

MINUTA



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINUTA DE EDITAL

Belo Horizonte, 06 de maio de 2026

* MINUTA DE DOCUMENTO

Pregão : 00003/2026 - ComprasGov nº. 90003/2026

Contratante : 389172

Orgão : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ : 22.256.879/0001-70

Setor : Setor de Compras e Licitações

Endereço : Rua dos Timbiras, número 1200, Bairro Boa Viagem, Belo Horizonte/MG,
CEP : 30140060

Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão da frota própria de veículos oficiais e credenciados ao CRM-MG, mediante a implantação e operação de sistema informatizado e integrado via Web para a realização de manutenções preventivas e corretivas, inclusive com o fornecimento de peças, lavagem veicular e abastecimento com combustíveis, em rede de estabelecimentos conveniados.

Valor Global (2 anos): R\$ 492.705,70

Sigiloso : Não

Processo : SEI 25.13.000005733-3

SRP : Não

Critério de Julgamento : MAIOR DESCONTO

Modalidade : Aberto

Preferência ME EPP : Não

Margem de Preferência : Não

Data da Sessão : 25/05/2026

Hora Inicial : 14:00

MODELO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2026
ComprasGov Nº. 90003/2026
Processo Administrativo nº SEI 25.13.000005733-3

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ 22.256.879/0001-70, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) na Rua dos Timbiras, 1200, bairro Boa Viagem, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30140060, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento **Maior Desconto**, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 25/05/2026

Hora Inicial : 14:00



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Pinheiro de Azevedo**, **Coordenador(a) do Setor de Compras e Licitação do CRM-MG**, em 06/05/2026, às 10:50, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4180357** e o código CRC **CFBDC39A**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG -
<https://www.crmmg.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 25.13.000004277-8 | data de inclusão: 06/05/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINUTA DE EDITAL

Belo Horizonte, 23 de abril de 2026

Pregão : 00003/2026 - ComprasGov nº. 90003/2026

Contratante : 389172

Orgão : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ : 22.256.879/0001-70

Setor : Setor de Compras e Licitações

Endereço : Rua dos Timbiras, número 1200, Bairro Boa Viagem, Belo Horizonte/MG, CEP : 30140060

Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão da frota própria de veículos oficiais e credenciados ao CRM-MG, mediante a implantação e operação de sistema informatizado e integrado via Web para a realização de manutenções preventivas e corretivas, inclusive com o fornecimento de peças, lavagem veicular e abastecimento com combustíveis, em rede de estabelecimentos conveniados.

Valor Global (2 anos): R\$ 492.705,70

Sigiloso : Não

Processo : SEI 25.13.000005733-3

SRP : Não

Critério de Julgamento : MAIOR DESCONTO

Modalidade : Aberto

Preferência ME EPP : Não

Margem de Preferência : Não

Data da Sessão : XX/XX/2026

Hora Inicial : 14:00

**MODELO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2026
ComprasGov Nº. 90003/2026
Processo Administrativo nº SEI 25.13.000005733-3**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ 22.256.879/0001-70, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) na Rua dos Timbiras, 1200, bairro Boa Viagem, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30140060, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento **Maior Desconto**, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: **XX/XX/2026**

Hora Inicial : 14:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão da frota própria de veículos oficiais e credenciados ao CRM-MG, mediante a implantação e operação de sistema informatizado e integrado via Web para a realização de manutenções preventivas e corretivas, inclusive com o fornecimento de peças, lavagem veicular e abastecimento com combustíveis, em rede de estabelecimentos conveniados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 3 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor do Desconto na Taxa de Administração, expresso em Percentuais(%)

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de

sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário anual do item, em forma de percentual de desconto incidente exclusivamente sobre a Taxa de Administração respectiva.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,2 %, (zero vírgula dois) por cento.**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.20.2. empresas brasileiras;
- 6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação

fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por

cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelos e-mails diogo.guilherme@crmmg.org.br ou rinaldo.moreira@crmmg.org.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a

verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali

estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo poderão ser disponibilizados aos interessados por meio do e-mail: **compras@crmmg.org.br**.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6.1. Será observado o procedimento previsto na Portaria CRM-MG SEI-Nº 50, de 28 de novembro de 2024

(<http://transparencia.crmmg.org.br/images/CRMMG/Compras/Manual-Pro-Sanc-Lic-Cont.pdf>), para todas as penalidades.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão

recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **compras@crmmg.org.br**

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do

início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **<https://www.crmmg.org.br>**.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Contrato

Belo Horizonte , 16 de abril de 2026

.....
Lívia Pinheiro de Azevedo
Coordenadora do Setor de Compras e Licitações

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 92c4cf1776283057189



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Pinheiro de Azevedo, Coordenador(a) do Setor de Compras e Licitação do CRM-MG**, em 23/04/2026, às 17:54, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4120799** e o código CRC **5C4BD19F**.

Referência: Processo SEI nº 25.13.000004277-8 | data de inclusão: 23/04/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Belo Horizonte, 14 de abril de 2026

(Processo Administrativo nº 25.13.000004277-8)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão da frota própria de veículos oficiais e credenciados ao CRM-MG, mediante a implantação e operação de sistema informatizado e integrado via Web para a realização de manutenções preventivas e corretivas, inclusive com o fornecimento de peças, lavagem veicular e abastecimento com combustíveis, em rede de estabelecimentos conveniados; nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO ANUAL	VALOR TOTAL
1	1.1	ADMINISTRAÇÃO/GERENCIAMENTO MANUTENÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO	25518	ANO	2	R\$ 44.506,01	R\$ 89.012,02
	1.2	ADMINISTRAÇÃO/GERENCIAMENTO LAVAGEM DE VEÍCULO AUTOMOTIVO	25518	ANO	2	R\$ 16.522,15	R\$ 33.044,30
	1.3	ADMINISTRAÇÃO/GERENCIAMENTO ABASTECIMENTO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO	25518	ANO	2	R\$ 175.849,60	R\$ 351.699,20
	1.4	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ESTIMADA (4,00%)	-	ANO	2	R\$ 9.475,11	R\$ 18.950,22

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, sendo aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço de gestão da frota será prestado de forma CONTÍNUA, entretanto, as manutenções, lavagens e abastecimentos se darão apenas mediante demanda do CRM-MG ou conforme periodicidade prevista pelo fabricante do veículo e necessidades desta Autarquia.

1.4. Os serviços serão executados mediante prévias demanda e autorização de realização pelo CRM-MG.

1.5. O quantitativo apresentado exprime uma mera estimativa com base nos dados históricos de manutenções realizadas na frota do CRM-MG, sendo apenas referência para fins de cálculo de despesas e do valor a se considerar na licitação, não havendo, entretanto, obrigatoriedade do CRM-MG a demandá-lo integralmente.

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Contratada deverá possuir uma ampla rede de oficinas mecânicas (em geral, elétrica, funilaria e pintura, bem como sistema de climatização para veículos leves e pesados) e de postos de abastecimento credenciados, de âmbito estadual. Essa condicionante é imprescindível tendo em vista que os veículos oficiais da instituição realizam viagens intermunicipais, necessitando, assim, desses serviços em diferentes regiões do Estado de Minas Gerais, principalmente, na região em que se encontra a Sede do CRM-MG, em Belo Horizonte, evitando deslocamentos desnecessários e prováveis aumentos de gastos, havendo a necessidade de comprovar esse requisito através de documentos na habilitação.

4.2. A contratada deverá garantir, na data do início do contrato, um rol mínimo de serviços específicos a serem disponibilizados pelos estabelecimentos credenciados, contemplando veículos leves, tais como:

- 4.2.1. Manutenção mecânica geral preventiva e corretiva;
- 4.2.2. Manutenção de garantia de fábrica (credenciamento de concessionárias);
- 4.2.3. Manutenção elétrica;
- 4.2.4. Serviço de lanternagem, funilaria e pintura;
- 4.2.5. Serviço de estofagem (capotaria);
- 4.2.6. Serviços de alinhamento de direção e suspensão (cáster, cambagem, convergência e divergência), desempenho de rodas, balanceamento, simples e computadorizado;
- 4.2.7. Serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves, decodificação e cartões de ignição automotiva;
- 4.2.8. Serviços de manutenção de sistema de ar-condicionado automotivo;
- 4.2.9. Fornecimento de toda e qualquer peça necessária ao uso regular do veículo e/ou equipamento;
- 4.2.10. Fornecimento de todo e qualquer componente e/ou acessório automotivo;
- 4.2.11. Fornecimento de placas de identificação veicular;
- 4.2.12. Serviços de plotagem, adesivagem e envelopamento nos padrões do órgão participante, inclusive com fornecimento de material adesivo, ou imantado, utilizado nos veículos;
- 4.2.13. Serviços de lavagem, aspiração, lubrificação, polimento e cristalização;
- 4.2.14. Serviços, materiais e peças de borracharia em geral, incluindo fornecimento de pneus;
- 4.2.15. Serviços de vidraçaria em geral, incluindo colocação e retirada de películas de controle solar;
- 4.2.16. Abastecimento de combustíveis (gasolina comum e aditivada, etanol e diesel S10), devidamente regular e de acordo com os padrões de composição exigidos pela Agência Nacional de Petróleo - ANP.
- 4.2.17. Lavagem de veículos, simples (remoção de sujeira superficial com aplicação de shampoo automotivo e enxágue) e completa (aspiração e limpeza de painel e tapetes).

4.3. Define-se como:

- 4.3.1. Manutenção preventiva: Conjunto de ações técnicas periódicas destinadas a evitar falhas ou quebras nos sistemas veiculares, com base nas recomendações dos fabricantes e em critérios de desgaste natural dos componentes.
- 4.3.2. Manutenção corretiva: Conjunto de ações destinadas à correção de falhas já identificadas, com o objetivo de restabelecer a funcionalidade e a segurança do veículo.
- 4.3.3. Peças genuínas: Peças produzidas ou fornecidas pelos próprios fabricantes dos veículos, com a respectiva marca e especificações técnicas originais.
- 4.3.4. Peças similares de primeira linha: Peças produzidas por terceiros que atendem aos mesmos padrões de qualidade e desempenho das peças originais, sendo reconhecidas no mercado por sua confiabilidade e compatibilidade técnica.
- 4.3.5. Serviço por demanda: Prestação de serviços que será realizada de forma não contínua e somente quando houver necessidade, mediante solicitação da CONTRATANTE.

4.4. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva compreenderão:

- 4.4.1. Emprego de mão de obra pela empresa CONTRATADA para execução de reparos, conservação e recuperação de veículos;
- 4.4.2. Fornecimento e aplicação de peças e acessórios de reposição genuínos, originais ou similares que atendam às recomendações do fabricante a serem utilizados na execução dos serviços objeto da licitação.
- 4.4.3. A manutenção veicular deverá ser realizada com periodicidade recomendada pelos fabricantes e de acordo com as especificações específicas, sempre mediante solicitação da CONTRATANTE, bem como quando houver a necessidade decorrente de imprevistos, tais como panes mecânicas e elétricas, casos fortuitos ou motivos de força maior.

4.5. Os serviços de lavagem veicular compreenderão:

- 4.5.1. Emprego de mão de obra pela empresa CONTRATADA para a adequada lavagem e remoção de resíduos dos veículos;
- 4.5.2. Uso dos equipamentos e produtos necessários à remoção completa de resíduos e sujidades dos veículos, sempre mediante solicitação da CONTRATANTE.

4.6. Os serviços de abastecimento de combustíveis compreenderão:

- 4.6.1. Emprego de mão de obra pela empresa CONTRATADA para o adequado e seguro abastecimento de combustíveis nos veículos;
- 4.6.2. Uso dos equipamentos adequados ao tipo de serviço, bem como sua realização em locais devidamente licenciados e com combustíveis que apresentem as especificações e composição química definidas e aprovadas pela Agência Nacional de Petróleo - ANP e pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, conforme seus padrões de qualidade, sempre mediante solicitação da CONTRATANTE.
- 4.6.3. Os combustíveis utilizados nos veículos da frota do CRM-MG serão gasolina comum, gasolina aditivada, etanol e diesel S10.

Especificações dos Serviços

4.7. As especificações dos serviços de revisão do sistema de transmissão consistem em lubrificar a caixa de câmbio e as partes móveis, retirar folgas, realizar o balanceamento de eixo, substituir juntas homocinéticas, trizetas e suas respectivas coifas, pontos de eixos e outros.

4.8. As especificações dos serviços de revisão do sistema de direção consistem em retirar folgas, realizar a regulagem e

conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, correia da bomba, caixa de direção e outros.

4.9. As especificações dos serviços de revisão do sistema de freios consistem em regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, discos, tambores, nível de fluido e substituição, verificação de servofreio, cuícas de freio, cilindros mestres e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais, alavancas), válvulas (pneumáticas), aro dos pneus e outros.

4.10. As especificações dos serviços de revisão do sistema de arrefecimento consistem em avaliar o radiador quando houver vazamento e/ou ferrugens, verificação do nível de água, mangueiras, fluido de radiador, ventoinha, cebolão e outros.

4.11. As especificações dos serviços de revisão de motor consistem em verificar as partes mecânicas (móveis e imóveis), avaliação das correias, dos filtros, juntas de vedação e demais componentes, substituindo peças necessárias e outros.

4.12. As especificações dos serviços de revisão do sistema de suspensão consistem em verificação das molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barra estabilizadora, rolamentos internos e externos e outros. As especificações dos serviços de revisão do sistema elétrico consistem na verificação, conserto e/ou substituição quando necessário, de componentes que integram esse sistema, incluindo acessórios de sinalização e outros.

4.13. As especificações dos serviços de lanternagem, funilaria e pintura deverão ser realizados sempre que for demandando, mediante orçamento apresentado à fiscalização do contrato e emissão de Ordem de Serviço por parte da CONTRATANTE.

4.14. As especificações dos serviços de substituição dos vidros deverão ocorrer a substituição dos vidros, borrachas e espelhos sempre que necessário, visto não ser possível prever a necessidade de sua ocorrência.

4.15. As especificações dos serviços de estofamento consistem na higienização e impermeabilização dos bancos dos veículos, assim como troca/reforma de bancos.

4.16. As especificações dos serviços de refrigeração (ar-condicionado) consistem nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, de elemento filtrante, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos, e todos os outros serviços afins.

4.17. No serviço de geometria, a CONTRATADA deverá efetuar o ajuste da suspensão e cambagem de forma que garanta a segurança e a estabilidade do veículo. A CONTRATADA deverá fornecer à Contratante, após a execução dos serviços de geometria nos veículos, um laudo técnico dos serviços executados, inclusive com os procedimentos propostos para a solução de outros problemas porventura detectados.

4.18. Nos serviços de balanceamento de rodas, a CONTRATADA deverá executar o cálculo de desbalanceamento externo e interno das rodas, estático e dinâmico, fazendo os ajustes necessários, a fim de deixá-las com o balanceamento correto. A CONTRATADA deverá fornecer à Contratante, após a execução dos serviços de balanceamento de rodas dos veículos, um laudo técnico dos serviços executados, inclusive com os procedimentos propostos para a solução de outros problemas porventura detectados.

4.19. Nas trocas de óleos lubrificantes só serão pagos os itens adquiridos (óleo e filtros), não devendo ser cobrada a mão de obra da troca, como o convencionado e praticado pelo mercado de serviços dessa natureza.

4.20. Nas lavagens veiculares, os procedimentos deverão ser divididos em simples e completa, com o devido cuidado com componentes eletrônicos. A primeira contemplando lavagem externa, com sabão neutro próprio para pinturas veiculares; limpeza de pneus; limpeza dos para-brisas (externo); limpeza de espelhos retrovisores (externo); lavagem de tapetes; secagem. A segunda contemplando todos os itens comuns à simples; e lavagem do assoalho (parte inferior do veículo, para-lamas e para-choques); limpeza dos para-brisas (interno), utilizando produto adequado à remoção de sujeiras em áreas envidraçadas; limpeza de espelhos retrovisores (interno), utilizando produto adequado à remoção de sujeiras em áreas espelhadas; aspiração do interior do veículo (incluindo porta-malas); limpeza de componentes internos (painel, portas, maçanetas, borrachas, etc.), utilizando produto não corrosivo e adequado à conservação dos objetos; enceramento da pintura (aplicação e polimento), utilizando equipamento, material e produto adequado à conservação da superfície a ser encerada.

4.21. Nos abastecimentos, os combustíveis fornecidos (Gasolina Comum/Aditivada, Óleo Diesel S10 e Etanol Hidratado) deverão, obrigatoriamente, atender aos padrões de qualidade, especificações técnicas e normas de comercialização estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), vigentes à época da execução do contrato. Os combustíveis devem estar livres de impurezas, sedimentos ou qualquer substância que possa comprometer o funcionamento e a integridade dos motores da frota do Órgão, respeitando especialmente:

- a) Gasolina: O percentual de mistura de etanol anidro fixado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e as especificações da Resolução ANP correspondente.
- b) Óleo Diesel: O teor de enxofre e o percentual obrigatório de biodiesel, conforme regulamentação da ANP.
- c) Etanol: Os parâmetros de pureza e teor alcoólico definidos pela agência reguladora.

4.22. O serviço de manutenção veicular será pago considerando a hora/trabalho para mão de obra e pelo percentual de desconto do preço à vista das tabelas das montadoras para peças e acessórios utilizados.

4.23. Todos os serviços de manutenção passarão por avaliação e sua realização será quando houver necessidade avaliada pela CONTRATADA ou quando for solicitado pelo CONTRATANTE, mediante prévia autorização.

4.24. O CRM-MG reserva-se o direito de, a qualquer tempo, realizar ou solicitar testes de qualidade nos combustíveis fornecidos, utilizando-se de provetas ou laboratórios especializados, sem que isso gere custos adicionais ao órgão. Caso seja detectada qualquer desconformidade nos índices de qualidade, a CONTRATADA deverá:

- a) Interromper imediatamente o fornecimento do lote viciado;
- b) Substituir o produto por outro que atenda às normas técnicas em até 24h;
- c) Arcar com todos os custos de reparo em veículos da frota que venham a apresentar danos mecânicos comprovadamente decorrentes da má qualidade do combustível fornecido.

4.25. A CONTRATADA deverá manter em seu estabelecimento, para fins de fiscalização, o Boletim de Conformidade emitido pelo distribuidor, referente a cada lote de combustível recebido, apresentando-o sempre que solicitado pela fiscalização do contrato.

4.26. A presente contratação contempla serviços por demanda, sendo a execução condicionada à necessidade e à autorização prévia do CRM-MG, por meio de ordem de serviço formal. O valor estimado terá caráter meramente previsível, e não representa obrigatoriedade de consumo integral pela Administração.

4.27. O fornecimento de peças e acessórios deverá ser realizado de forma imediata ou no menor prazo possível, com garantia mínima de 3 (três) meses ou conforme o prazo estabelecido pelo fabricante, prevalecendo o maior entre eles.

4.28. Os serviços deverão ser prestados em oficinas e postos de abastecimento localizados preferencialmente nas cidades de Minas Gerais ou em municípios limítrofes, de forma a garantir agilidade no atendimento e redução do tempo de inatividade dos veículos.

4.29. Os serviços de **manutenção e lavagem** deverão ser prestados em rede credenciada de oficinas e postos localizados preferencialmente na região metropolitana de Belo Horizonte, em raio de **até 50km da Sede do CRM-MG**, de forma a garantir agilidade no atendimento e redução do tempo de inatividade dos veículos. Os serviços de **abastecimento de combustíveis**, deverão ser prestados em rede credenciada de postos localizados **no Estado de Minas Gerais**, destinados ao atendimento da frota de veículos oficiais e conveniados, devendo contemplar, no mínimo, as cidades onde estão sediadas as Delegacias Regionais do CRM-MG e outras posicionadas em distâncias estratégicas daquelas, relacionadas a seguir:

Alfenas; Barbacena; Conselheiro Lafaiete; Divinópolis; Governador Valadares; Ipatinga; Itajubá; João Monlevade; Juiz de Fora; Montes Claros; Muriaé; Passos; Patos de Minas; Poços de Caldas; Pouso Alegre; Sete Lagoas; Teófilo Otoni; Uberaba; Uberlândia; Varginha; Unaí; Almenara; Januária; Campina Verde; Iturama; Guaxupé; Pouso Alegre; Caxambu; Manhuaçu; Mantena; Nanuque; Araçuaí; Ituiutaba.

4.29. Os serviços realizados deverão ser registrados em ficha individual de controle, por veículo, com os respectivos laudos, ordens de serviço, peças substituídas, prazos de garantia, tipo de lavagem, tipo de combustível e litragem e quilometragem do veículo no momento da intervenção.

Sustentabilidade

4.30. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Os serviços de manutenção, lavagem e abastecimento com combustíveis deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas vigentes, em especial os normativos do Ministério do Trabalho e dos Órgãos Ambientais.

4.31. Devem ser observadas boas práticas sustentáveis para o serviço, onde a CONTRATADA deverá observar quando da realização do serviço as seguintes orientações:

- a) Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- e) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- f) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.32. A CONTRATADA deverá adotar e exigir das oficinas e postos credenciados e que prestarão serviços à frota do CRM-MG, durante a execução do objeto, a observância de normas legais relativas à sustentabilidade ambiental, em especial as seguintes:

- a) Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) A Contratada deverá adotar as medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c) A Contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) A Contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) A Contratada deverá recolher todos os resíduos sólidos e líquidos gerados na execução do serviço e dispensá-los em local adequado.
- f) Utilização de sistema eletrônico para gerenciamento de todo processo de prestação dos serviços, em substituição a ordens de serviços, planilhas e orçamentos em suporte papel, sem o comprometimento do bom desempenho da solução;
- g) Recolher lâmpadas utilizadas na prestação dos serviços para descartá-las junto ao sistema de coleta do fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, conforme sistema de Logística Reversa previsto Lei nº 12.305, de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;
- h) Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento por eles indicados, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 2010, combinado com o artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 2009, e legislação correlata;
- i) Providenciar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS e Resolução CONAMA nº 362, de 2005. Presença obrigatória de estruturas como as caixas separadoras de água-óleo - SAO, para o devido tratamento antes de qualquer descarte;
- j) Providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, responsáveis pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 2012, combinado com o artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 2008, e legislação correlata;
- k) Não permitir formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008;
- l) Utilizar, preferencialmente, pilhas recarregáveis evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;

- m) Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para aquisição de pilhas e baterias respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- n) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos;
- o) Observar as recomendações técnicas e legais para uso de produtos químicos;
- p) Apresentar a composição química dos produtos utilizados na prestação dos serviços quando solicitado pela Contratante;
- q) Verificar e não permitir a utilização de produtos que contenham substâncias perigosas, biodegradabilidade dos tensoativos, toxicidade aquática e teor de fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada;
- r) Adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora e a coleta seletiva, conforme legislação específica;
- s) Adotar práticas de economia no uso da água, como o uso de lavadoras de alta pressão, sistemas de reuso ou lavagem a seco;
- t) Realizar a disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos e materiais inservíveis após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no Art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS;
- u) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010, (PNRS), possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos, aprovado pela autoridade competente;
- v) Acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, observando as normas municipais que estabelecem as regras para seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem e que indicam os locais de entrega e coleta, em especial a Lei Municipal nº 10.534 de 2012;
- x) Firmar convênios com cooperativas de reciclagem para destinação de resíduos sólidos, fazendo isto de forma ambientalmente adequada para todos os materiais e substâncias utilizados na prestação dos serviços;
- y) Treinar e capacitar periodicamente seus funcionários em práticas de redução do consumo de energia elétrica, água tratada, geração de resíduos, desperdícios e poluição, de forma a implementar as lições aprendidas durante a prestação dos serviços, zelando pela preservação do meio ambiente;
- z) Observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 2010, além de outras práticas sustentáveis aplicáveis a prestação dos serviços.

Subcontratação

4.33. Não será admitida a subcontratação dos serviços de gerenciamento da frota.

Garantia da contratação

4.34. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.35. Para a correta elaboração da Proposta, a futura contratada poderá realizar vistoria no local de execução dos serviços de gerenciamento da frota do CRM-MG.

4.36. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 16:00 horas.

4.37. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.38. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.38.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.38.2. O pedido de vistoria deverá ser realizado com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data pretendida.

4.38.3. A vistoria poderá agendada pelos e-mails diogo.guilherme@crmmg.org.br ou rinaldo.moreira@crmmg.org.br.

4.38.4. A vistoria será realizada em sua Sede, à Rua dos Timbiras, nº 1200, Boa Viagem, Belo Horizonte/MG, CEP 30140-064, sendo emitido Atestado de Vistoria.

4.39. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.40. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.41. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da assinatura do contrato.

5.1.2. Na etapa de implantação dos sistemas e procedimentos necessários, a CONTRATADA deverá providenciar:

- a) Cadastramento inicial dos veículos e usuários.
- b) Estudo da logística de rede credenciada para posterior aprovação do CRM-MG.
- c) Apresentação e implantação da estrutura do Sistema de Gestão.

- d) Disponibilização dos créditos nos cartões dos veículos do CRM-MG.
- e) Implantação dos sistemas tecnológicos e respectivos acessos.
- f) Treinamento dos usuários (Gestores, Fiscais e Condutores), no CRM-MG, podendo ser realizado remotamente, em até 10 (dez) dias corridos após assinatura do contrato.

5.1.3. Durante a execução, a CONTRATADA deverá:

- a) Ministrará treinamentos aos usuários diretos dos recursos do Sistema de Gestão, orientando-os sobre a correta utilização dos serviços, sempre que solicitada ou quando implementada alguma alteração no sistema, podendo ser realizados remotamente.
- b) Apontar ao Gestor ou Fiscal eventual identificação de desvios ou operações suspeitas.
- c) Sempre que solicitado pelo CRM-MG, ampliar ou atualizar a rede de oficinas credenciadas dentro das localidades de atendimento, ou incluindo outras desde que dentro do raio limite estabelecido neste documento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do referido pedido.
- d) Realizar os devidos pagamentos à rede credenciada de oficinas pela execução dos serviços de manutenção, reparo e fornecimento de peças, sendo de sua exclusiva responsabilidade responder por essa quitação.

5.2. Da **MANUTENÇÃO PREVENTIVA**: A manutenção preventiva inclui verificação de funcionamento do motor, suspensão dianteira e traseira (amortecedores, pivôs etc.), óleo de freio, líquido de arrefecimento, reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador, correia dentada, sistema elétrico, freios, cintos de segurança, extintor de incêndio e demais regulagens, ajustes e substituição de componentes sujeitos a desgaste natural e lavagem simples. Poderão ser solicitados apenas para os veículos próprios da frota do CRM-MG, não incidindo sobre os veículos locados por assinatura (Jeep Renegade Altitude T270).

5.2.1. São exemplos de manutenção preventiva: Troca de pneus, alinhamento e balanceamento de rodas; Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento; Lubrificação de veículos; Reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador etc.; Substituição de itens do motor; Limpeza de motor e bicos injetores; Regulagens de bombas e bicos injetores; Outros serviços constantes no manual do proprietário dos veículos e/ou equipamentos ou por orientação da CONTRATANTE; Outros serviços e peças não citados neste Termo de Referência, no Edital de licitação ou no manual do proprietário dos veículos e/ou equipamentos.

5.3. Da **MANUTENÇÃO CORRETIVA**: A manutenção corretiva visa reparar avarias e tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado em decorrência de defeitos em seus componentes, acessórios, peças ou sistemas. Será efetuada sempre que os veículos necessitarem de reparo mecânico/elétrico, inclusive lanternagem e pintura, bem como de substituição ou conserto de peças, equipamentos e acessórios que apresentem defeito ou desgaste. Poderão ser solicitados apenas para os veículos próprios da frota do CRM-MG, não incidindo sobre os veículos locados por assinatura (Jeep Renegade Altitude T270).

5.3.1. São exemplos de manutenção corretiva: Serviços de retífica de motor; Montagem e desmontagem de jogo de embreagens; Serviços de instalação elétrica; Serviços no sistema de injeção eletrônica; Capotaria; Tapeçaria; Funilaria e pintura; Serviços no sistema de arrefecimento; Serviços no sistema de ar-condicionado; Mecânica em geral, com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios originais genuínos ou similares.

5.4. A empresa CONTRATADA deverá providenciar, quando houver necessidade, a substituição de acessórios, componentes, partes e peças de reposição, fornecer o orçamento com os valores à vista das tabelas de preços dos fabricantes, que deverão ser apresentados ao Fiscal do Contrato com o desconto contratual disposto na proposta de preços vencedora da licitação, que por sua vez autorizará, ou não, a execução do serviço com a possível reposição de peças e acessórios.

5.5. Todos os orçamentos deverão ser encaminhados para o Fiscal do Contrato no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis pela CONTRATADA, a partir do recebimento do veículo oficial.

5.6. As peças e acessórios deverão ser obrigatoriamente NOVOS e com garantia de fábrica/montadora. As peças e acessórios substituídos deverão ser entregues à CONTRATANTE, no ato da entrega do veículo devidamente consertado, bem como as embalagens das peças e acessórios adquiridos.

5.7. O descarte dos produtos descritos no item anterior, somente será feito após a conferência pelo Fiscal do Contrato, que autorizará a retirada das peças, acessórios e embalagens apresentadas.

5.8. As peças e acessórios fabricados no Brasil ou no estrangeiro de venda regular no Brasil, também serão fornecidas com o percentual de desconto ofertado na Proposta de Preço do licitante para cada uma das fabricantes.

5.9. Da **LAVAGEM VEICULAR**: Deverá ser realizada em postos ou outros estabelecimentos devidamente licenciados para a atividade, dotados de infraestrutura e de produtos específicos que garantam o atendimento a todos os requisitos legais e de sustentabilidade. Poderão ser solicitados e executados para todo e qualquer veículo da frota do CRM-MG.

5.10. Do **ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS**: deverá ser realizado em postos de abastecimento devidamente licenciados para o fornecimento de combustíveis, conforme legislação vigente, dotados de infraestrutura adequada para a plena segurança e confiabilidade dos abastecimentos.

5.11. A empresa CONTRATADA deverá prestar contas e esclarecimentos sobre as peças e acessórios adquiridos e serviços, bem como sobre os abastecimentos efetivamente realizados, fornecendo toda e qualquer informação ao Fiscal do Contrato, quando demandado, para acompanhamento da execução contratual, tais como:

- a) Apresentar cópia dos documentos fiscais de compra de peças e acessórios adquiridos e efetivamente utilizados nos veículos da frota da CONTRATANTE;
- b) Apresentar cópia dos documentos fiscais dos abastecimentos efetivamente realizados nos veículos da frota da CONTRATANTE.

5.12. A CONTRATADA fornecerá o total de cartões magnéticos necessários ao pleno atendimento dos serviços. Sendo **10 (dez) cartões vinculados à frota de veículos fixa à disposição do CRM-MG e mais 5 (cinco) cartões avulsos**, que deverão ser vinculados à placa do veículo locado ou ao Número do Voucher expedido pela empresa de locação terceirizada pelo CRMMG ou ao contrato de locação do veículo que for utilizado no sistema "por demanda".

5.13. O sistema automatizado deverá permitir fluidez no cadastro de placas de veículos nesses 5 (cinco) cartões, uma vez que a cada demanda de uso do veículo, será vinculada nova placa ao cartão.

Local e horário da prestação dos serviços

5.14. A CONTRATADA prestará os serviços de administração e gerenciamento de serviços de manutenção necessários ao correto funcionamento dos veículos de forma CONTINUADA, por intermédio de rede credenciada, com utilização de

sistema informatizado, que possa atender todas as marcas e modelos de veículos pertencentes à frota do CRM-MG.

5.14.1. Os serviços de manutenção, fornecimento de peças, lavagem veicular e abastecimento de combustíveis serão efetivados somente quando da solicitação oficial da CONTRATANTE ou daquelas previstas nos manuais dos respectivos fabricantes dos veículos.

5.15. Deverá ser garantido, durante toda a vigência do contrato, que a rede credenciada apta a realizar os serviços de manutenções preventivas e corretivas, o fornecimento de peças, equipamentos e acessórios e a lavagem veicular, possuam estabelecimentos/lojas/oficinas preferencialmente no município sede (Belo Horizonte/MG) da Autarquia, ou em um raio máximo de 50 (cinquenta) quilômetros da Sede do CRM-MG.

5.16. Os serviços de abastecimento de combustíveis deverão, durante toda a vigência do contrato, ter abrangência em todo o Estado de Minas Gerais.

5.17. Os cartões destinados à frota deverão ser entregues na Sede do CRM-MG, à Rua dos Timbiras, nº 1200, Boa Viagem, Belo Horizonte/MG, CEP 30140-064., onde os veículos permanecem estacionados.

Rotinas a serem cumpridas

5.18. A execução contratual observará as rotinas a seguir:

- a) Na observação de alguma instabilidade ou incoerência no Sistema de Gestão, a CONTRATADA deverá comunicar oficialmente ao CRM-MG, em até 24 (vinte e quatro) horas, e adotar as medidas cabíveis para sanear eventual inconsistência.
- b) Cabe a CONTRATADA realizar diligências, em caso de necessidade, após notificação da CONTRATANTE, sobre ações imperfeitas de oficinas credenciadas, bem como atuar nos esclarecimentos necessários e pertinentes que forem solicitados;
- c) Deve ser realizado o credenciamento de novos estabelecimentos sempre que houver interesse da Contratante, sendo a Contratada responsável por toda a avaliação dos critérios de aceitação (legislações, políticas de sustentabilidades, estrutura física etc.).

Materiais a serem disponibilizados

5.19. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar eventuais materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários conforme demanda do CRM-MG, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.20. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.20.1. A frota do CRM-MG dispõe dos seguintes veículos:

QUANTIDADE	VEÍCULO	MONTADORA	ANO / MODELO	PLACA	SITUAÇÃO
1	Corolla Híbrido, APREMIUMH, câmbio automático	Toyota	2022/2023	SHF9B12	Próprio
1	Chevrolet S10, LTZ DD4A	Chevrolet	2018/2019	GMF8560	
1	Corolla XEI20 Flex, automático	Toyota	2018/2019	QPV0711	
1	Corolla XEI20 Flex, automático	Toyota	2018/2019	QPV0713	
1	Citröen C4 Cactus Live A, automático	Citröen	2021/2022	RTO7C26	
1	Corolla Cross XRE 20, Flex automático	Toyota	2023/2024	SGU4UC67	
4	Renegade Altitude T270	Jeep	2025/2026	TYH1I65	Alugados por assinatura mensal
				TYH1I66	
				TYH1I67	
				TYH1I68	
POR DEMANDA	HATCH/SEDAN	-	2025/2026	-	Alugados por diária (on demand)
POR DEMANDA	VAN 15 lugares	-	-	-	Alugados por diária (on demand)

5.20.2. Para execução do objeto dimensionou-se o histórico de manutenções nos veículos da frota entre os anos de 2023 a 2025, considerando-se para fins de valoração do serviço de gestão a Taxa de Administração cobrada sobre o objeto.

5.21. **TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** é aquela cobrada pela empresa à Administração Pública e corresponde à remuneração a ser paga pela prestação de serviço de intermediação e gerenciamento informatizados e integrados de gestão de frota com administração de despesas de manutenção, acompanhado por meio de sistema de informação desenvolvido para plataforma web, que viabilize o acesso a todas informações referentes às transações realizadas, somada a eventuais taxas que poderão ser cobradas pela empresa aos estabelecimentos cadastrados nos respectivos contratos e deverá contemplar toda e qualquer taxa a ser aplicada aos fornecedores cadastrados sobre a despesa incorrida no interstício entre a prestação de serviços e a obrigação de pagamento da contratada aos credenciados. Esta deverá ser cotada por meio de Taxa de Administração de Serviços.

5.21.1. Será admitida Taxa de Administração igual a zero ou negativa, nesse caso o licitante deverá formular a proposta concedendo desconto no valor global anual estimado.

5.22.2. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao pagamento de despesas com

salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, impostos, taxas, seguros e demais encargos relativos aos serviços e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

5.22.3. A Taxa de Administração informada na proposta será inalterável durante toda a vigência contratual incluído possíveis prorrogações ou repactuações, salvo aumento de desconto mais favorável para Administração Pública.

5.22.4. Durante todo o período contratual, o percentual cotado na proposta da licitante vencedora para a Taxa de Administração incidirá sobre os valores correspondentes aos créditos efetivamente utilizados por cada cartão magnético, sobre os valores dos materiais, peças, componentes, manutenções preventivas, corretivas, abastecimentos e outros serviços prestados.

Especificação da garantia do serviço

5.23. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.24. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Preposto será estabelecido com exercício via atendimento remoto e, apenas quando necessário, presencial, e atuará ininterruptamente durante toda a vigência do contrato, para prestar esclarecimentos, acompanhar, atender às reclamações e demandas que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo telefones fixos, celulares, endereços eletrônicos, bem como qualquer outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato Contratante-Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, finais de semana e feriados.

6.8. Caso seja necessária a presença física do preposto para a resolução de alguma demanda do Contrato, a CONTRATANTE poderá fazer esta solicitação junto à CONTRATADA.

6.9. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.13. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada,

acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

a) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

b) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I].

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento a realização da efetiva manutenção com ou sem substituição de peças e a entrega ao CRM-MG do respectivo veículo.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as

eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o

termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **12/01/2026**.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.45.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.3.1. Será observado o procedimento previsto na Portaria CRM-MG SEI-Nº 50, de 28 de novembro de 2024 (<http://transparencia.crmmg.org.br/images/CRMMG/Compras/Manual-Pro-Sanc-Lic-Cont.pdf>), para todas as penalidades.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Aplicando-se, também, o procedimento previsto na Portaria CRM-MG SEI-Nº 50, de 28 de novembro de 2024 (<http://transparencia.crmmg.org.br/images/CRMMG/Compras/Manual-Pro-Sanc-Lic-Cont.pdf>), para todas as penalidades.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, sobre a Taxa de Administração.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica

9.24. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.24.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.25. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional

equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.25.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

a) contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.25.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.25.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.25.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.26. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.27. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.28. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.33.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.33.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.33.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.33.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 492.705,70 (quatrocentos e noventa e dois mil, setecentos e cinco reais e setenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de

disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento aprovado para o ano de 2026 do CRM-MG.

11.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

5.2.2.1.1.33.90.30.014 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS 50.000,00 DFD 183
5.2.2.1.1.33.90.39.014 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS 50.000,00 DFD 183
5.2.2.1.1.33.90.30.001 - GÁS, COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS 100.800 DFD 4
5.2.2.1.1.33.90.30.001 - GÁS, COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS 60.000 DFD 182

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Este Anexo será utilizado para avaliação dos serviços prestados, e contém a descrição dos critérios e pontuações a serem empregados na gestão contratual. Este instrumento define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento em função da execução.

1.2. A adoção desses critérios assegurará ao Contratante a existência de instrumentos para avaliação e controle efetivo da qualidade na prestação dos serviços, de forma a obter as adequadas condições de manutenção e abastecimento da frota.

1.3. Este procedimento está vinculado aos contratos de prestação dos serviços integrando as especificações técnicas como obrigação e responsabilidade do Contratante e deverá ser efetuado periodicamente pela fiscalização da execução dos serviços, de forma a gerar relatórios mensais que serão encaminhados ao Gestor do Contrato e servirão de fator redutor para os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, com base nas pontuações constantes nos relatórios.

2. OBJETIVO

2.1. Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade da Contratada na execução do contrato de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de gestão da frota própria de veículos oficiais e credenciados ao CRM-MG, mediante a implantação e operação de sistema informatizado e integrado via Web para a realização de manutenções preventivas e corretivas, inclusive com o fornecimento de peças, lavagem veicular e abastecimento com combustíveis do Conselho Reginal de Medicina

3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

3.1. A avaliação da Contratada na prestação dos serviços se faz por meio da análise dos seguintes aspectos:

a) Atendimento da rede credenciada as necessidades da frota do CRM-MG

- Rede credenciada abrange cobertura mínima especificada no Termo de Referência e seus anexos, com estabelecimentos equipados para aceitar transações com as Tag RFID dos usuários e combustíveis de qualidade comprovada; oficinas e demais estabelecimentos são equipados para executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos oficiais e credenciados ao CRM-MG

b) Sistema de gerenciamento disponibilizado pela Contratada

- Sistema de gerenciamento com manuseio intuitivo e que disponibiliza os dados solicitados pelo fiscal do contrato e descritos no Termo de Referência e seus anexos.

c) Comunicação com prepostos/representantes

- Canal de comunicação apresentado para eventuais emergências é eficaz, inclusive em períodos noturnos e finais de semana; A Contratada consegue comunicação com prepostos/representantes mesmo fora de Belo Horizonte.

d) Fácil identificação e mensuração dos serviços prestados nos relatórios gerados

- A Contratada consegue identificar com clareza, através dos relatórios gerados no sistema de gerenciamento, peças e acessórios adquiridos, serviços executados, abastecimentos realizados de forma individual e global com suas respectivas grandezas e preços associados.

e) Tempo de resposta às solicitações da Contratante

- As solicitações realizadas pelos fiscais do contrato são atendidas de forma célere.

3.2. Caberá ao Contratante designar responsável pelo acompanhamento das atividades a serem executadas, emitindo certificados mensais de prestação e avaliação dos serviços.

3.3. Os indicadores de desempenho do presente Instrumento de Medição de Resultado poderão, a qualquer tempo e em comum acordo entre as partes, ser ajustados, ampliados e/ou reduzidos, desde que estas alterações sejam devidamente formalizadas através do Termo Aditivo de contrato.

3.4. Os seguintes conceitos da pontuação e equivalências serão usados em todos os itens:

•

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
100	90	80	70

3.5. Abaixo, contém modelo de planilha a ser utilizada pelos fiscais para lançamento dos conceitos de pontuação e obtenção dos pontos pela(s) Contratada(s).

NOTA	EQUIVALENCIA	LIBERAÇÃO
A	Nota maior ou igual a 93 pontos	100%
B	Nota entre 92 a 90 pontos	99%
C	Nota entre 89 a 88 pontos	98%
D	Nota entre 87 a 86 pontos	97%
E	Nota entre 85 a 84 pontos	96%
F	Nota menor ou igual a 83 pontos	95%

4. CÁLCULO PARA OBTENÇÃO DOS VALORES A SEREM FATURADOS

4.1. Os cálculos seguem a seguinte metodologia:

4.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação dos serviços resultará em uma pontuação final cujo teto é 100 (cem) pontos, correspondente à média das pontuações obtidas para cada item avaliado;

4.1.2. A pontuação mínima que poderá ser obtida pela Contratada é 70 (setenta) pontos;

4.1.3. A Contratante deverá obrigatoriamente atribuir um conceito de pontuação (ótimo, bom, regular ou ruim) a cada um dos 5 (cinco) critérios de avaliação discriminados no instrumento.

5. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

5.1. Cabe ao fiscal do contrato, efetuar o acompanhamento do serviço prestado, registrando e arquivando as informações, que julgar relevantes, e forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.

5.2. Cabe ao fiscal do contrato, elaborar e incluir a avaliação mensal da Contratada, junto com a nota fiscal. No atesto para a execução do pagamento deve ser informado o percentual de liberação calculado no IMR do mês.

5.3. Cabe ao fiscal do contrato, mensalmente, com base em todos as avaliações de qualidade geradas no período, apurar o percentual de liberação da fatura,

5.4. O cálculo do valor a ser pago para cada fatura observará a seguinte Tabela Resumo de percentual que deverá ser aplicado sobre o valor (mensal) correspondente ao contratado para a Unidade Avaliadora:

NOTA	EQUIVALENCIA	LIBERAÇÃO
A	Nota maior ou igual a 93 pontos	100%
B	Nota entre 92 a 90 pontos	99%
C	Nota entre 89 a 88 pontos	98%
D	Nota entre 87 a 86 pontos	97%
E	Nota entre 85 a 84 pontos	96%
F	Nota menor ou igual a 83 pontos	95%

5.5. Somente após o cálculo dos valores liberados (com glosas e descontos) para pagamento do fiscal administrativo/gestor do contrato deverá informar ao fornecedor o valor referente ao serviço após as avaliações para emissão da nota fiscal.

5.6. O objetivo deste instrumento é fazer uma avaliação da qualidade dos serviços prestados, através do formulário abaixo.

5.7. De posse da avaliação consolidada, proveniente da Tabela Resumo, caberá ao Gestor do Contrato, auxiliado pela Equipe de Fiscalização Técnica e Administrativa, aplicar as sanções cabíveis previstas no Termo de Referência, garantindo a Defesa Prévia à Contratada.

5.8. As notas acumuladas serão automaticamente “zeradas”, reiniciando as avaliações acumuladas, a cada renovação contratual.

6. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

OBJETO:	() Gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis () Gerenciamento e controle de aquisição de manutenção preventiva e corretiva
Contrato	
Empresa/CNPJ	
Referência	

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
Equivalência (A)		100	90	80	70
1	Atendimento da rede credenciada às necessidades do CRM-MG	x			
2	Sistema de Gerenciamento disponibilizado pela contratada	x			
3	Comunicação com prepostos/representantes		x		
4	Fácil identificação e mensuração dos serviços prestados nos relatórios gerados		x		
5	Tempo de resposta às solicitações da contratante		x		
Quantidade de itens avaliados (B)		2	3	0	0
		5			
Pontos obtidos (C = A x B)		200	270	0	0
		470			
Total de pontos (D = C/B)		94*			

* Avaliação exemplificativa

NOTA	EQUIVALENCIA	LIBERAÇÃO
A	Nota maior ou igual a 93 pontos	100%
B	Nota entre 92 a 90 pontos	99%
C	Nota entre 89 a 88 pontos	98%
D	Nota entre 87 a 86 pontos	97%
E	Nota entre 85 a 84 pontos	96%
F	Nota menor ou igual a 83 pontos	95%

Valor Mensal do contrato	R\$5.000,00*
Percentual de liberação	100%
Valor liberado para faturamento	R\$5.000,00*

*Valor exemplificativo



Documento assinado eletronicamente por **Paola de Oliveira Silva, Agente Administrativo**, em 14/04/2026, às 12:23, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Bonfim Guilherme, Agente Administrativo**, em 14/04/2026, às 12:26, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Francisco de Paula Carvalho, Agente Administrativo**, em 14/04/2026, às 13:30, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rinaldo Coutinho Moreira, Gerente do Departamento de Fiscalização do CRM-MG**, em 14/04/2026, às 14:36, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3686868** e o código CRC **80B68D6A**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG - <https://www.crmmg.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 25.13.000004277-8 | data de inclusão: 03/02/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINUTA DE CONTRATO

Belo Horizonte, 16 de abril de 2026

ANEXO II - TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo SEI Nº. 25.13.000004277-8)

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA E A EMPRESA

O **Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais**, com sede na Rua dos Timbiras, Nº 1200, Bairro Boa Viagem, Belo Horizonte - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 22.256.879/0001-70, neste ato representado por seu Presidente, **Cons. Ricardo Hernane Lacerda Gonçalves de Oliveira**, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por _____, **conforme atos constitutivos OU procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no **Processo SEI Nº. 25.13.000004277-8**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 03/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão da frota própria de veículos oficiais e credenciados ao CRM-MG, mediante a implantação e operação de sistema informatizado e integrado via Web para a realização de manutenções preventivas e corretivas, inclusive com o fornecimento de peças, lavagem veicular e abastecimento com combustíveis, em rede de estabelecimentos conveniados**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO ANUAL	VALOR TOTAL (2 ANOS)
	1.1	ADMINISTRAÇÃO/GERENCIAMENTO MANUTENÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO	25518	ANO	2	R\$	R\$

1	1.2	ADMINISTRAÇÃO/GERENCIAMENTO LAVAGEM DE VEÍCULO AUTOMOTIVO	25518	ANO	2	R\$	R\$
	1.3	ADMINISTRAÇÃO/GERENCIAMENTO ABASTECIMENTO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO	25518	ANO	2	R\$	R\$
	1.4	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ESTIMADA (4,00%)	-	ANO	2	R\$	R\$

1.3.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA- MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto

constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do CRM-MG para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a

boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, **além daquelas previstas nos itens 4 e 5 do Termo de Referência:**

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de

Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses

permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o

CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem .

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2026, na dotação abaixo discriminada:

5.2.2.1.1.33.90.30.014 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS
5.2.2.1.1.33.90.39.014 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Subseção Judiciária de Belo Horizonte, MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belo Horizonte, de de 2026.

CONTRATANTE

Cons. Ricardo Hernane Lacerda Gonçalves de Oliveira
Presidente do CRMMG

CONTRATADO
Representante Legal

Testemunhas

1-
2-



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Pinheiro de Azevedo**,
Coordenador(a) do Setor de Compras e Licitação do CRM-MG, em 16/04/2026,
às 12:11, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **4087094** e o código CRC **FF623642**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem

|
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG -
<https://www.crmmg.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 25.13.000004277-8 | data de inclusão: 16/04/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

I - INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento - Responsáveis

Nome	Cargo/função	Matrícula	E-mail
Diogo Bonfim Guilherme	Agente Administrativo	1050	diogo.guilherme@crmmg.org.br
Ricardo Francisco de Paula Carvalho	Agente Administrativo	003	ricardo.carvalho@crmmg.org.br
Rinaldo Coutinho Moreira	Gerente de Departamento - Fiscalização	230	rinaldo.moreira@crmmg.org.br
Paola de Oliveira Silva	Agente Administrativo	946	paola.silva@crmmg.org.br

II - NECESSIDADE - DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O CRM-MG objetiva encontrar a solução mais eficiente e eficaz para o gerenciamento e execução de serviços de revisão preventiva e corretiva em veículos automotores pertencentes à sua frota própria, bem como de fornecimento e abastecimento de combustíveis para eles e para os veículos contratados via assinaturas mensal e diária. Os serviços a serem prestados compreendem a revisão veicular completa, incluindo a troca de óleo lubrificante e filtros, pneus, mecânica e elétrica, bem como o fornecimento de todos os materiais e peças necessários para a realização da manutenção, de acordo com as especificações técnicas dos veículos e a necessidade de cada um, conforme a demanda do setor requisitante, tendo como referência o manual de cada veículo. A definição pela forma de contratação da solução, será definida a partir deste documento.

A realização de manutenções preventivas e corretivas nos veículos é fundamental para que o conselho cumpra seu papel institucional e finalístico, sendo essencial para a garantir da segurança, da economia e o bom funcionamento dos veículos propriedade desta Autarquia. Em relação a segurança, a manutenção preventiva permite identificar e corrigir problemas antes que eles se tornem falhas graves, como falhas no motor ou no sistema de direção, reduzindo consideravelmente o risco de acidentes e de paralisações inesperadas da frota. Uma interrupção no funcionamento de algumas peças pode ser responsável por uma perda de controle do veículo, aumentando de forma expressiva a chance de uma batida, atropelamento ou queda em barranco dependendo da situação em que acontece, trazendo risco assim, tanto para os passageiros dentro do veículo quanto para os demais veículos e pedestres. A paralisação imprevista de veículos da frota, onera diretamente a Administração, que fica impedida de executar suas atividades institucionais fora do endereço da Sede do CRM-MG, bem como obriga a busca por meios de locomoção dos Conselheiros e Colaboradores através de táxi, veículos de aplicativo, ou outros, reduzindo a eficiência nos deslocamentos e inserindo nova carga de gastos extraordinários.

O adequado serviço de manutenção preventiva é importante ainda para evitar uma depreciação acelerada no veículo, considerando principalmente que os veículos são ativos do conselho e devem ser cuidados para a preservação do seu valor. Quando se pensa na manutenção corretiva, essa solução permitirá a celeridade no processo de execução deste serviço garantindo a disponibilidade do veículo no menor tempo possível, a fim de assegurar a continuidade do serviço do conselho.

A frota do CRM-MG é utilizada para atividades institucionais do Conselho. Essas atividades acontecem em toda a extensão do Estado de Minas Gerais e quando é utilizado em áreas urbanas, constantemente enfrenta tráfego intenso, e nos deslocamentos para as cidades menores, acaba enfrentando estradas ruins, implicando desgaste inevitável. Trata-se de um conjunto de ativos utilizados para as atividades inerentes às competências do CRM-MG e que está alinhado com os objetivos estratégicos 2, 6 e 8 (OE 2, OE 6 e OE 8), respectivamente, de promover a ética otimizado as atividades fiscalizatórias, judicantes e institucionais, mantendo a boa medicina em benefício da sociedade; de atuar institucionalmente junto aos médicos, à sociedade, às instituições jurídicas e governamentais com o objetivo de reconhecer a real importância da autarquia; e de responder de forma ágil às demandas da sociedade e dos médicos. A atenção à esta manutenção trará benefício aos profissionais que fazem uso dos veículos, que poderão fazer os deslocamentos necessários a suas atividades com maior agilidade e principalmente segurança, bem como à sociedade com a continuidade da prestação dos serviços do CRM-MG.

A imagem do Conselho Regional de Medicina se mantém preservada também à medida que mantêm seus carros bem inspecionados, mitigando a chance de terem seus veículos envolvidos em panes e acidentes. É importante ressaltar ainda que a não realização destes serviços pode acarretar despesas ainda maiores em uma eventual interrupção do funcionamento do carro e impacto direto nas atividades do CRM-MG.

O serviço de fornecimento e abastecimento de combustíveis é fundamental para a continuidade do uso dos veículo pelo CRM-MG, sendo fator essencial dessa contratação. Nesse Estudo Técnico Preliminar serão definidos os aspectos da contratações dos serviços, visto que ambos se vinculam diretamente à frota do CRM-MG, sendo conectados pela necessidade de gestão integrada.

São 6 veículos automotores pertencentes à frota do CRM-MG, conforme as quantidades e modelos de veículos do CRM-MG abaixo:

QUANTIDADE	VEÍCULO	MONTADORA	ANO/MODELO	PLACA	SITUAÇÃO
1	Corolla Híbrido	Toyota	2022/2023	SHF9B12	Próprio
1	Chevrolet S10	Chevrolet	2018/2019	GMF8560	
1	Corolla XEI20 Flex	Toyota	2018/2019	QPV0711	
1	Corolla XEI20 Flex	Toyota	2018/2019	QPV0713	
1	Citröen C4 Cactus	Citröen	2021/2022	RTO7C26	
1	Corolla Cross	Toyota	2023/2024	SGU4UC67	
4	Renegade Altitude T270	Jeep	2025/2026	TYH1I65	Alugados por assinatura mensal
				TYH1I66	
				TYH1I67	
				TYH1I68	
POR DEMANDA	HATCH/SEDAN	-	2025/2026	-	Alugados por diária (on demand)
POR DEMANDA	VAN 15 lugares	-	-	-	Alugados por diária (on demand)

3. Área Requisitante

- a) Diretoria;
- b) Superintendência;
- c) Departamento de Fiscalização.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A solução deverá ofertar uma vasta rede de oficinas mecânicas (em geral, elétrica, funilaria e pintura, bem como sistema de climatização para veículos leves e pesados), principalmente na ocorrência de manutenções corretivas, e de postos de abastecimento de combustíveis, com amplo raio de alcance territorial, para o pleno atendimento das manutenções da frota do CRM-MG, principalmente na ocorrência de manutenções corretivas. Essa condicionante é imprescindível tendo em vista que os veículos oficiais da instituição realizam viagens intermunicipais, necessitando, assim, desses serviços em diferentes regiões do Estado de Minas Gerais, prioritariamente, na região metropolitana de Belo Horizonte, onde se encontra a Sede do CRM-MG, evitando deslocamentos desnecessários e potenciais aumentos de gastos.

São requisitos mínimos da potencial contratação:

a) Abrangência do serviço: A gestão deve contemplar tanto manutenção preventiva quanto corretiva, abastecimento de combustíveis (gasolina comum e aditivada, etanol e diesel S10) e lavagem veicular (simples e completa) para todos os veículos da frota, considerando os próprios e os alugados mediante assinatura mensal, assegurando a regularidade dos serviços e a adequação ao uso e necessidades dos veículos utilizados em diferentes tipos de vias.

b) Modalidade de atendimento: A solução pode ser operada por oficina e posto de abastecimento únicos, múltiplos empreendimentos ou por empresa gestora que utilize rede credenciada, permitindo flexibilidade, acesso facilitado e diminuição do tempo de indisponibilidade dos veículos.

c) Cobertura geográfica: Deve garantir execução dos serviços nas cidades e regiões em que os veículos transitam, contemplando áreas urbanas e estradas vicinais, viabilizando atendimentos nos diferentes locais de uso da frota. Ex.: Região metropolitana, cidades do interior, cobertura estadual.

d) Tipos de serviço incluídos: Os serviços devem contemplar inspeções, trocas de óleo e filtros, serviços de suspensão, sistemas de freio, troca e alinhamento de pneus, revisões elétricas e eletrônicas, e todos os demais itens previstos na manutenção recomendada pelo manual do fabricante, abastecimento de combustível e lavagem simples ou completa do veículo.

e) Fornecimento de peças e materiais: As peças e materiais utilizados para manutenção devem ser novos, compatíveis com cada modelo de veículo, e atendendo as especificações técnicas definidas pelo fabricante, preservando a garantia, durabilidade e segurança dos veículos.

f) Registro e controle de serviços: Deve haver sistema para gerenciamento, registro, acompanhamento e histórico das manutenções realizadas em cada veículo, possibilitando rastreabilidade, controle de custos e comprovação para órgãos fiscalizadores.

g) Tempo máximo para execução do serviço: O tempo decorrido entre a solicitação e a finalização do serviço deve ser reduzido para garantir disponibilidade dos veículos à atividade fim, minimizando indisponibilidades. Levando-se em consideração o grau de avaria nos veículos, os serviços de pequena monta (manutenção preventiva) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, e o de manutenção corretiva não superior a 120 (cento e vinte) horas, contadas a partir da comunicação do Fiscal do Contrato.

h) Especialização técnica: Profissionais responsáveis pelos serviços devem possuir capacitação técnica comprovada para os modelos da frota, conforme normas vigentes, assegurando a execução adequada e a segurança veicular.

i) Certificações e normativos aplicáveis: Os serviços devem atender normas regulamentadoras e certificações, como ABNT NBR nº 14040, ABNT NBR nº 15481, regulamentação do CONTRAN e do INMETRO, conforme a natureza do serviço realizado.

j) Controle de garantia: As peças aplicadas e mão de obra devem possuir garantia mínima incidente, conforme a legislação vigente e recomendação do fabricante.

k) Funcionamento conforme manual do fabricante: Todas as intervenções devem respeitar planos de manutenção preventiva e corretiva previstos no manual do fabricante de cada veículo, garantindo padrões de qualidade e segurança.

l) Disponibilidade de atendimento emergencial: Deve possuir possibilidade de atendimento emergencial para situações de pane ou acidentes, visando rápida retomada das atividades dos veículos da frota.

m) Registro de orçamentos e aprovações: Sistema deve possibilitar envio e aprovação prévia de orçamentos pelo requisitante, garantindo transparência e controle orçamentário.

n) Descrição detalhada da frota atendida: Serviço deve contemplar, minimamente, veículos informados: Corola Híbrido 2022/2023, Chevrolet S10 2018/2019, Corolla XEI20 Flex 2018/2019 (2 unidades), Citroen C4 Cactus 2021/2022, Corolla Cross 2023/2024 e Jeep Renegade Altitude T270, obedecendo às especificidades de cada modelo.

Os serviços de manutenção, preventiva e corretiva, serão apenas para atendimento aos veículos próprios da frota do CRM-MG. Os veículos alugados mediante assinatura mensal já possuem em sua contratação a previsão da manutenção sob responsabilidade da Contratada. Os serviços de abastecimento de combustível deverão atender a frota em sua integralidade, considerando os veículos próprios e os alugados via assinatura mensal.

A solução deverá garantir um rol mínimo de serviços específicos a serem disponibilizados, tais como:

- Manutenção mecânica geral preventiva e corretiva;
- Manutenção de garantia de fábrica (credenciamento de concessionárias);
- Manutenção elétrica;
- Serviço de lanternagem, funilaria e pintura;
- Serviço de estofagem (capotaria);
- Serviços de alinhamento de direção e suspensão (câster, cambagem, convergência e divergência), desempenho de rodas, balanceamento, simples e computadorizado;
- Serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves, decodificação e cartões de ignição automotiva;
- Serviços de manutenção de sistema de ar-condicionado automotivo;
- Fornecimento de toda e qualquer peça necessária ao uso regular do veículo e/ou equipamento;
- Fornecimento de todo e qualquer componente e/ou acessório automotivo;
- Fornecimento de placas de identificação veicular;
- Serviços de plotagem, adesivagem e envelopamento nos padrões do órgão participante, inclusive com fornecimento de material adesivo, ou imantado, utilizado nos veículos;
- Serviços de lavagem, aspiração, lubrificação, polimento e cristalização;
- Serviços, materiais e peças de borracharia em geral, incluindo fornecimento de pneus;
- Serviços de vidraçaria em geral, incluindo colocação e retirada de películas de controle solar.
- Abastecimento de combustíveis (gasolina comum e aditivada, etanol e diesel S10), devidamente regular e de acordo com os padrões de composição exigidos pela Agência Nacional de Petróleo - ANP.
- Lavagem de veículos, simples (remoção de sujeira superficial com aplicação de shampoo automotivo e enxágue) e completa (aspiração e limpeza de painel e tapetes).

São especificações dos serviços:

- Revisão do sistema de transmissão consistem em lubrificar a caixa de câmbio e as partes móveis, retirar folgas, realizar o balanceamento de eixo, substituir juntas homocinéticas, trizetas e suas respectivas coifas, pontos de eixos e outros.
- Revisão do sistema de direção consistem em retirar folgas, realizar a regulagem e conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, correia da bomba, caixa de direção e outros.
- Revisão do sistema de freios consistem em regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, discos, tambores, nível de fluido e substituição, verificação de servo-freio, cuícas de freio, cilindros mestres e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais,

alavancas), válvulas (pneumáticas), aro dos pneus e outros.

- Revisão do sistema de arrefecimento consistem em avaliar o radiador quando houver vazamento e/ou ferrugens, verificação do nível de água, mangueiras, fluido de radiador, ventoinha, cebolão e outros.
- Revisão de motor consistem em verificar as partes mecânicas (móveis e imóveis), avaliação das correias, dos filtros, juntas de vedação e demais componentes, substituindo peças necessárias e outros.
- Revisão do sistema de suspensão consistem em verificação das molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barra estabilizadora, rolamentos internos e externos e outros. As especificações dos serviços de revisão do sistema elétrico consistem na verificação, conserto e/ou substituição quando necessário, de componentes que integram esse sistema, incluindo acessórios de sinalização e outros.
- Serviços de lanternagem, funilaria e pintura deverão ser realizados sempre que for demandando, mediante orçamento apresentado à fiscalização do contrato e emissão de Ordem de Serviço (Anexo IV) por parte da CONTRATANTE.
- Serviços de substituição dos vidros deverão ocorrer a substituição dos vidros, borrachas e espelhos sempre que necessário, visto não se poder prever a necessidade de sua ocorrência.
- Serviços de estofamento consistem na higienização e impermeabilização dos bancos dos veículos, assim como troca/reforma de bancos.
- Serviços de Refrigeração (ar-condicionado) consistem nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, de elemento filtrante, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos, e todos os outros serviços afins.
- Abastecimento de combustíveis (gasolina comum e aditivada, etanol e diesel S10), em locais devidamente autorizados pela ANP e pelos órgãos municipais, em situação regular, fiscal e tecnicamente, com autorização junto à ANP, para a revenda de combustíveis.
- Lavagem simples interna e externa de veículos, com aplicação desengraxantes, sabão neutro, silicone, pneu pretinho, odorizador, aspiração, enceramento e todos os outros serviços afins.
- Lavagem completa, compreendendo os serviços da lavagem simples, lavagem do motor, caixa de rodas, chassis, monobloco, aspiração, pulverização

O serviço de manutenção veicular será pago considerando a hora/trabalho para mão de obra e pelo percentual de desconto do preço à vista das tabelas das montadoras para peças e acessórios utilizados. Todos os serviços de manutenção passarão por avaliação e sua realização será quando houver necessidade avaliada pela contratada ou quando for solicitado pelo contratante.

O serviço de abastecimento será pago conforme preços praticados no Estado de Minas Gerais, conforme pesquisa à ANP.

Observações importantes:

- No serviço de geometria, o ajuste da suspensão e cambagem deverá ser executado de forma que garanta a segurança e a estabilidade do veículo, sendo apresentado, após a execução, um laudo técnico dos serviços executados, inclusive com os procedimentos propostos para a solução de outros problemas porventura detectados.
- Nos serviços de balanceamento de rodas, o cálculo de desbalanceamento externo e interno das rodas, estático e dinâmico, deverá ser realizado com os ajustes necessários, a fim de deixá-las com o balanceamento correto, sendo apresentado, após a execução, um laudo técnico dos serviços executados, inclusive com os procedimentos propostos para a solução de outros problemas porventura detectados.
- Nas trocas de óleos lubrificantes somente serão pagos os itens adquiridos (óleo e filtros), não devendo ser cobrada a mão de obra da troca, como o convencionado e praticado pelo mercado de serviços dessa natureza.

A presente contratação contempla serviços por demanda, sendo a execução condicionada à necessidade e à autorização prévia do CRM-MG, por meio de ordem de serviço formal. O valor estimado terá caráter meramente previsível, e não representa obrigatoriedade de consumo integral pela Administração.

O fornecimento de peças e acessórios deverá ser realizado de forma imediata ou no menor prazo possível, com garantia mínima de 3 (três) meses ou conforme o prazo estabelecido pelo fabricante, prevalecendo o maior entre eles.

Os serviços de **manutenção e lavagem** deverão ser prestados em rede credenciada de oficinas e postos localizados preferencialmente na região metropolitana de Belo Horizonte, **em raio de até 50km da Sede do CRM-MG**, de forma a garantir agilidade no atendimento e redução do tempo de inatividade dos veículos. Os serviços **de abastecimento de combustíveis, deverão ser prestados em rede credenciada de postos localizados no Estado de Minas Gerais, destinados ao atendimento da frota de veículos oficiais e conveniados, devendo contemplar, no mínimo, as cidades onde estão sediadas as Delegacias Regionais do CRM-MG e outras posicionadas em distâncias estratégicas daquelas**, relacionadas a seguir:

- Alfenas; Barbacena; Conselheiro Lafaiete; Divinópolis; Governador Valadares; Ipatinga; Itajubá; João Monlevade; Juiz de Fora; Montes Claros; Muriaé; Passos; Patos de Minas; Poços de Caldas; Pouso Alegre; Sete Lagoas; Teófilo Otoni; Uberaba; Uberlândia; Varginha; Unai; Almenara; Januária; Campina Verde; Iturama; Guaxupé; Pouso Alegre; Caxambu; Manhuaçu; Mantena; Nanuque; Araçuaí; Ituiutaba.

As manutenções e abastecimentos realizados deverão ser registrados em ficha individual de controle, por veículo, com os respectivos laudos, ordens de serviço, peças substituídas, tipo de combustível e tipo de lavagem, prazos de garantia e quilometragem do veículo no momento da intervenção.

Além dos cartões vinculados a cada veículo constante na frota regularmente, deverão ser disponibilizados mais 5 (cinco) cartões para os serviços de abastecimento, que ficarão disponibilizados para uso por demanda, conforme solicitados os veículos locados por diária.

O sistema deverá permitir que os cartões avulsos sejam vinculados a uma nova placa veicular, ao Número do Voucher expedido ou ao contrato de locação, considerando as demandas esporádicas.

III - PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

5. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Foram levantadas as seguintes alternativas para a solução do problema apresentado:

1. Implantação de Convênio de Cooperação Técnica entre Órgãos Públicos para Compartilhamento de Oficinas e Postos de Abastecimento Oficiais

Consiste em firmar convênios ou acordos de cooperação com outros órgãos públicos ou entidades da administração pública (municipais, estaduais ou federais) para o compartilhamento de infraestrutura de oficinas e postos de abastecimento oficiais já existentes. Com isso, o CRM-MG poderia utilizar estabelecimentos mantidas por outros órgãos para executar manutenções preventivas e corretivas e abastecimento, com ressarcimento de custos entre as partes. Esse modelo traz sinergia, aproveita estruturas existentes no setor público, reduz custos operacionais e de contratação, além de facilitar a fiscalização e o cumprimento de requisitos legais e técnicos, devido à já conhecida conformidade técnica das oficinas oficiais.

2. Credenciamento Público de Prestadores de Serviço de Manutenção Veicular, Fornecimento de Peças, Abastecimento de Combustíveis e Lavagem Veicular

A administração realiza um edital de credenciamento, permitindo que qualquer empresa que atenda aos requisitos normativos exigidos para os serviços possa se credenciar. Dessa forma, em vez de contratar um único prestador via licitação tradicional, amplia-se o rol de fornecedores disponíveis, dando flexibilidade para escolher a oficina e/ou posto de combustível mais adequados conforme proximidade e disponibilidade no momento da demanda. O pagamento é efetuado por serviço prestado, conforme tabela de preços homologada, e permite maior capilaridade, cobertura em várias regiões, transparência, redução de riscos de indisponibilidade e atendimento emergencial sem restrição geográfica.

3. Implantação de Núcleos de Manutenção, Abastecimento e Lavagem Próprios em Sede Regional

A solução envolve a estruturação de um pequeno núcleo de manutenção, abastecimento e lavagem próprio nas dependências do CRM-MG, com contratação de mecânico(s), frentista(s) e operador(es) próprio(s) em regime estatutário ou celetista e aquisição de equipamentos e ferramentas básicas. Serviços simples, preventivos, inspeções e reparos rápidos seriam feitos internamente, reduzindo custos e tempo de inatividade dos veículos. Para serviços de maior complexidade (funilaria, pintura ou reparos específicos), complementa-se a demanda por contratação pontual, via licitação ou pregão eletrônico, ampliando o controle do processo de manutenção e aumentando a vida útil da frota.

4. Contratação de Empresa Especializada para Execução Direta de Serviços de Manutenção Veicular, Fornecimento de Peças, Abastecimento de Combustíveis e Lavagem Veicular, via Pregão Eletrônico

Consiste em realizar uma licitação na modalidade pregão eletrônico, onde empresas especializadas em manutenção automotiva e/ou abastecimento de combustíveis e lavagem veicular concorrem pela prestação do serviço para toda a frota, incluindo fornecimento de peças e combustíveis, mão de obra e eventuais deslocamentos. O edital pode exigir a comprovação de capacidade técnica, atendimento a todos os modelos/manuais dos veículos da frota e prazos de execução específicos. Essa solução permite ampla participação do mercado, transparência no processo, formação ampla de preços, maior controle contratual e facilitação de fiscalização por parte da Administração. Também permite agregar como critério a obrigatoriedade de atendimento em diferentes localidades do estado, via subcontratação ou estrutura própria, desde que inclusa no preço.

5. Contratação de Empresa Especializada para Execução Direta de Serviços de Manutenção Veicular, Fornecimento de Peças, Abastecimento de Combustíveis e Lavagem Veicular, por demanda, via Sistema de Registro de Preços (SRP)

A Administração realiza processo licitatório para formação de um Sistema de Registro de Preços (SRP), no qual vários fornecedores habilitados são registrados conforme critérios do edital (habilitação técnica, prazos, tipos de serviços, marcas homologadas etc.). Sempre que houver necessidade de manutenção, abastecimento de combustíveis e/ou lavagem veicular, a Administração poderá solicitar o serviço de um dos fornecedores registrados, conforme disponibilidade, valor, tempo de execução ou localização, observando o ranking de preços e demais critérios do SRP. Essa solução oferece flexibilidade, potencial redução de custos, variedade de fornecedores, mitigação de riscos de indisponibilidade e atendimento descentralizado, além de maior segurança jurídica para a Administração.

6. Locação de Frota com Serviços de Manutenção, Abastecimento de Combustíveis e Lavagem Veicular Inclusas

Esta alternativa consiste na locação operacional dos veículos utilizados pelo CRM-MG, com contrato prevendo que toda a manutenção preventiva e corretiva, bem como substituição de peças e fornecimento de veículo reserva, abastecimento de combustíveis e lavagem veicular estejam inclusos no valor mensal pago. A empresa locadora se responsabiliza por toda a gestão, execução e logística das manutenções, assegurando o cumprimento dos prazos e requisitos técnicos previstos, bem como o atendimento emergencial e a disponibilidade de veículos, bem como arca com o abastecimento e lavagem. Essa solução transfere o risco operacional para a locadora, simplifica o controle administrativo, elimina a necessidade de aquisição/gestão direta de peças e contratações pontuais de manutenção e de abastecimentos, podendo ser uma alternativa especialmente interessante quando os custos totais de aquisição e manutenção direta de frota se mostrarem elevados em médio/longo prazo.

7. Contratação de Empresa Especializada em Gerenciamento de Frota para Manutenção Veicular, Fornecimento de Peças, Abastecimento de Combustíveis e Lavagem Veicular, com Rede Credenciada sob o Sistema de Disponibilização de Crédito em Cartão

A contratação se baseia no sistema de disponibilização de crédito em cartão. A contratada deve prover serviços de manutenção e fornecimento de peças, abastecimento de combustíveis e lavagem veicular com transações automatizadas por meio de cartões integrados ao sistema de gestão da frota. O usuário final deve ter acesso obrigatório à consulta de saldo e pagamento via cartão magnético. As oficinas e postos credenciados devem aceitar as transações com os cartões e emitir o documento fiscal imediatamente. A empresa deve disponibilizar uma rede de oficinas e postos credenciados. Especificamente para manutenção e fornecimento de peças, a rede deve ter abrangência no município de Belo Horizonte/MG, com um raio máximo de até 50km.

6. Comparativo das soluções

ALTERNATIVA	DESCRIÇÃO	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
1ª	Implantação de Convênio de Cooperação Técnica entre Órgãos Públicos para Compartilhamento de Oficinas e Postos de Abastecimento Oficiais	<ul style="list-style-type: none">• Redução significativa de custos operacionais e de contratação;• Aproveitamento de infraestrutura já existente no setor público;• Facilidade no cumprimento de requisitos legais e técnicos;• Agilização de processos e serviços devido à proximidade com outros órgãos públicos;• Fortalecimento da integração institucional entre órgãos públicos.	<ul style="list-style-type: none">• Dependência da disponibilidade e capacidade das oficinas e postos conveniadas;• Possibilidade de dificuldades logísticas relacionadas ao acesso e deslocamento de veículos;• Necessidade de negociação e ajustes constantes entre as partes envolvidas;• Risco de sobrecarga das oficinas e postos oficiais compartilhados;• Possível demora na execução dos serviços devido à demanda de outros órgãos.

2ª	Credenciamento Público de Prestadores de Serviço de Manutenção Veicular, Fornecimento de Peças, Abastecimento de Combustíveis e Lavagem Veicular	<ul style="list-style-type: none"> • Aumenta a concorrência e possibilita a participação de diversas oficinas e postos especializados; • Amplia a capilaridade do serviço, proporcionando atendimento em múltiplas regiões; • Reduz os riscos de indisponibilidade de prestadores em casos emergenciais; • Possibilita agilidade e flexibilidade na contratação e execução dos serviços; • Assegura transparência e praticidade nos pagamentos por meio de tabela de preços homologada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Requer maior gerenciamento e controle administrativo de múltiplos contratos e prestadores; • Pode haver variação na qualidade do serviço entre os prestadores credenciados; • Dificuldade no acompanhamento padronizado da execução dos serviços; • Exige elaboração criteriosa de editais para evitar critérios excessivamente restritivos ou permissivos; • Possibilidade de disputas quanto à aplicação da tabela de preços homologada em situações específicas.
3ª	Implantação de Núcleos de Manutenção, Abastecimento e Lavagem Próprios em Sede Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Redução dos custos com serviços de manutenção simples; • Diminuição do tempo de inatividade dos veículos; • Maior controle sobre o processo e histórico das manutenções; • Possibilidade de respostas mais rápidas a necessidades emergenciais; • Aumento da vida útil da frota por meio de manutenção preventiva regular. 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de investimento inicial em estrutura, equipamentos e licenças respectivas; • Custos fixos com contratação e capacitação de pessoal próprio; • Limitação para execução de serviços de maior complexidade; • Possível ociosidade do núcleo em períodos de baixa demanda; • Gestão adicional de estoque de peças e insumos.
4ª	Contratação de Empresa Especializada para Execução Direta de Serviços de Manutenção Veicular, Fornecimento de Peças, Abastecimento de Combustíveis e Lavagem Veicular, via Pregão Eletrônico	<ul style="list-style-type: none"> • Maior transparência e competitividade devido à ampla participação de empresas; • Facilidade na fiscalização e controle contratual dos serviços prestados • Uniformização dos serviços para toda a frota, garantindo padrão de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de concentração contratual, caso poucas empresas tenham capacidade de atender toda a demanda; • Possível dificuldade para pequenas empresas participarem devido ao porte do contrato; • Eventual aumento de preço se o lote único inviabilizar a competição regional; • Dependência elevada de um único fornecedor para toda a frota; • Abrangência territorial limitada.
5ª	Contratação de Empresa Especializada para Execução Direta de Serviços de Manutenção Veicular, Fornecimento de Peças, Abastecimento de Combustíveis e Lavagem Veicular, por demanda, via Sistema de Registro de Preços (SRP)	<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilidade para contratação conforme demanda; • Maior competitividade e potencial redução de custos; • Mitigação de riscos de indisponibilidade de fornecedores; • Variedade de fornecedores capacitados disponíveis; • Segurança jurídica para os processos de contratação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possível complexidade na gestão dos contratos registrados; • Risco de desinteresse de fornecedores com preços menos competitivos; • Necessidade de constante monitoramento para evitar execução fora dos parâmetros do edital; • Dificuldade na padronização e controle de qualidade dos serviços prestados; • Exigência de atualização frequente do levantamento de mercado.
6ª	Locação de Frota com Serviços de Manutenção, Abastecimento de Combustíveis e Lavagem Veicular Inclusas	<ul style="list-style-type: none"> • Transferência do risco operacional e de manutenção para a locadora; • Redução da complexidade administrativa e de gestão de frota; • Previsibilidade orçamentária devido a valores fixos mensais; • Disponibilidade de veículo reserva em caso de manutenção; • Eliminação da necessidade de aquisições e contratações pontuais para manutenção. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possível custo global maior a longo prazo em comparação à frota própria; • Dependência de terceiros para atendimento emergencial e cumprimento de prazos; • Limitações quanto à personalização dos veículos conforme necessidades específicas; • Risco de descontinuidade contratual ou falha na prestação do serviço pela locadora; • Necessidade de fiscalização rigorosa do cumprimento dos requisitos e prazos contratuais.

Contratação de Empresa Especializada em Gerenciamento de Frota para Manutenção Veicular, Fornecimento de Peças, Abastecimento de Combustíveis e Lavagem Veicular, com Rede Credenciada sob o Sistema de Disponibilização de Crédito em Cartão

Eficiência Operacional e Abrangência

- **Solução Integral da Demanda:** O modelo reúne todos os elementos necessários para a solução completa da necessidade institucional, incluindo manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, abastecimento de combustíveis e lavagem veicular;
- **Cobertura Geográfica Ampla:** O serviço garante ampla rede de oficinas e postos credenciados. Isso é crucial, pois as atividades institucionais frequentemente envolvem trânsito interurbano e intermunicipal;
- **Continuidade e Disponibilidade:** Assegura o pleno funcionamento dos veículos institucionais, garantindo a locomoção de conselheiros, servidores e colaboradores, e evitando prejuízos à execução das ações institucionais;
- **Variedade de Serviços:** A rede credenciada é capaz de atender a todos os tipos, marcas e modelos da frota (incluindo veículos leves e pesados, e até mesmo grupos geradores e outros equipamentos a diesel/gasolina). O rol de serviços é amplo, cobrindo desde mecânica geral e elétrica, até lanternagem, funilaria, e serviços especializados como chaveiro automotivo e manutenção de ar-condicionado;

Economicidade e Gestão Financeira

- **Redução da Carga Administrativa:** O sistema centraliza as demandas em uma única contratada, reduzindo a carga administrativa sobre a Administração, que não precisa gerenciar múltiplos contratos, sistemas e rotinas operacionais (como seria o caso se os itens fossem parcelados ou contratados diretamente);
- **Otimização de Custos:** A contratação por meio de licitação competitiva (MAIOR DESCONTO sobre o preço estimado) garante que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa;
- **Controle Centralizado e Rastreabilidade:** O uso de um sistema informatizado via internet (Web) e de cartões magnéticos/chips permite um controle detalhado e rastreável de toda e qualquer transação. Isso aumenta a transparência, previne desvios e promove o uso racional dos recursos públicos. O sistema deve emitir relatórios cadastrais, operacionais e financeiros, discriminando informações como identificação da oficina, veículo, data/hora, valor e usuário;
- **Maior Vida Útil dos Veículos:** O foco na manutenção preventiva periódica e o acompanhamento técnico especializado resultam em menor incidência de quebras, reduzindo custos corretivos imprevistos e prolongando a vida útil dos veículos;
- **Alinhamento Ambiental:** A contratação exige que a Contratada observe boas práticas sustentáveis, incluindo o descarte adequado de resíduos perigosos (óleo lubrificante, pneus usados, pilhas, baterias, combustíveis) e a logística reversa.

Complexidade na Fiscalização e Controle de Preços

- **Necessidade de Verificação Externa:** Para garantir que o desconto oferecido seja aplicado corretamente, a Administração precisa de acesso a sistemas de consulta de preços e tabelas de mão de obra de fabricantes. Isso adiciona uma camada de complexidade técnica à fiscalização;
- **Risco de Preços Ocultos:** A remuneração da empresa gerenciadora não se limita à taxa de administração (que pode ser zero ou negativa), mas inclui cobranças realizadas aos estabelecimentos credenciados e rendimentos de aplicações financeiras sobre os repasses. Isso cria um risco de que os preços base (antes da aplicação do desconto) possam ser ajustados para compensar essas receitas, exigindo vigilância constante do fiscal para garantir a vantajosidade;
- **Exigência de Peças Genuínas/Primeira Linha:** A exigência de que todas as peças sejam originais do fabricante, genuínas, de primeira linha e sem uso prévio, enquanto garante a qualidade, pode, em teoria, limitar a negociação de preços se o fiscal não verificar minuciosamente os orçamentos apresentados (que devem incluir três cotações de fornecedores ou ter o desconto aplicado sobre o valor à vista das tabelas dos fabricantes);

Risco de Dependência do Sistema e Segurança

- **Segurança da Informação:** O sistema informatizado gerencia dados sensíveis sobre a frota e seus usuários. A Contratada deve garantir uma Base de Hospedagem segura e é responsável por qualquer vazamento de informações nas esferas civil e criminal, além de ser obrigada a manter o sigilo dos dados por até 5 anos após o término do contrato. A falha nesse aspecto representa um risco institucional;
- **Treinamento e Suporte:** A Administração depende da Contratada para fornecer treinamentos iniciais e de reciclagem para os usuários do sistema e equipe de fiscalização, o que exige recursos e tempo por parte da Contratante (embora os custos de diárias e passagens dos servidores participantes fiquem a cargo da Contratante);

Desafios na Gestão de Terceiros

- **Qualidade da Rede Credenciada:** Embora a empresa contratada seja obrigada a ter uma ampla rede credenciada, a qualidade da prestação de serviços nas oficinas e postos credenciados (que são subcontratados) deve ser continuamente monitorada. A Contratada precisa estar apta a realizar diligências e atuar em caso de ações imperfeitas de oficinas credenciadas;
- **Comprovação de Experiência Exigente:** Para mitigar riscos de inexecução, a Administração exige a comprovação de experiência mínima de 24 meses na execução de serviços compatíveis. Embora necessário, este requisito pode, em certa medida, restringir a competitividade a empresas já consolidadas.

A solução escolhida consiste na contratação de uma empresa especializada em gerenciamento de manutenção veicular, que ofereça uma rede de oficinas e postos de abastecimento credenciados e forneça um sistema informatizado de gestão de serviços, com operações realizadas por meio de cartões magnéticos ou chips ou outra forma tecnologicamente superior.

Essa empresa será responsável por todo o processo de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, abastecimento de combustíveis e lavagem veicular que compõem a frota do CRM-MG, incluindo o fornecimento de peças e materiais necessários. A proposta tem como principal característica o uso de um sistema integrado de gestão, onde os usuários e gestores da frota terão acesso, via plataforma web e cartão magnético, a todos os serviços de manutenção necessários à regularidade e à segurança dos veículos, conforme demanda e mediante autorização prévia da Administração.

O sistema permite o acompanhamento em tempo real do saldo disponível para manutenção, além do registro detalhado de cada transação, com informações relativas ao veículo, serviço realizado, peças aplicadas, profissional responsável, prazo de execução, garantia, identificação do usuário e documentação fiscal. A abrangência da solução é ampla e cobre toda a região de Belo Horizonte e municípios dentro de um raio de até 50km para os serviços de manutenção e reparação e lavagem veicular e englobando toda a territorialidade do Estado de Minas Gerais para os serviços de abastecimento de combustíveis, indo ao encontro da necessidade da frota, que circula tanto em grandes centros urbanos quanto em cidades do interior, garantindo que os veículos possam ser atendidos em diferentes localidades e situações. Dessa forma, minimiza-se o tempo de indisponibilidade dos veículos, fundamental para continuidade das atividades finalísticas da fiscalização e para manter o atendimento à sociedade e aos profissionais de medicina.

A rede credenciada contempla oficinas com capacidade para realizar todos os tipos de manutenção recomendados nos manuais dos fabricantes dos veículos da frota, incluindo revisão completa, trocas de óleo e filtros, serviços de suspensão, freios, pneus, sistemas elétricos e eletrônicos, lanternagem, pintura e manutenção de ar-condicionado, entre outros. Além disso, a solução inclui a obrigatoriedade de utilização de peças e acessórios novos, originais, genuínos ou homologados, devidamente compatíveis com as especificações técnicas de cada veículo, garantindo a preservação da garantia, o desempenho e a segurança da frota. Engloba ainda postos de combustíveis devidamente autorizados pelos órgãos municipais e regulamentados junto à ANP, com o fornecimento dos 4 tipos de combustíveis: gasolina comum, gasolina aditivada, etanol e diesel S10. Outro benefício central é a gestão centralizada e informatizada das demandas de manutenção, que proporciona à Administração maior controle operacional e financeiro dos serviços executados, uma vez que todas as etapas são rastreáveis e documentadas eletronicamente.

O sistema gera relatórios completos para fins de auditoria, fiscalização e tomada de decisão, além de garantir transparência no acompanhamento dos custos, registros de orçamentos e aprovações prévias antes da execução dos serviços. O modelo também atende aos requisitos de agilidade na execução dos serviços, prevenindo prazos máximos definidos para a realização de manutenções preventivas e corretivas, bem como a possibilidade de atendimento emergencial, viabilizando a rápida retomada dos veículos em eventualidades. O sistema de agendamento e aprovação elimina, ainda, gargalos processuais e facilita a comunicação entre o setor requisitante, a fiscalização e a empresa contratada.

A capacitação técnica dos profissionais, oficinas e postos de abastecimento da rede é garantida por critérios de credenciamento exigidos pela contratada, assegurando o atendimento às normas de qualidade e regulamentações técnicas do setor automotivo, inclusive quanto ao descarte ambientalmente correto de resíduos, em consonância com as melhores práticas de sustentabilidade. A contratação dessa solução oferece à Administração pública um modelo completo, flexível e eficiente para gerenciar a manutenção veicular e abastecimentos de sua frota, maximizando a disponibilidade dos ativos, preservando sua vida útil, promovendo a segurança dos usuários e o atendimento efetivo às demandas institucionais, enquanto cumpre rigorosamente os requisitos técnicos e normativos estabelecidos nos manuais dos fabricantes e nas diretrizes legais e regulamentares aplicáveis. Além disso, a gestão informatizada e a centralização de informações trazem maior transparência, controle e economia, fortalecendo a integridade e a eficiência da gestão pública.

Para a execução do serviço a Contratada deverá fornecer um sistema informatizado via internet-WEB, que possibilite a obtenção de orçamentos dos materiais e serviços especializados de manutenção, por intermédio da rede de lojas, oficinas e estabelecimentos diversos credenciados, para atender aos veículos da frota do CRM-MG.

A Contratada deverá ministrar treinamento inicial aos usuários, sem custos para a Contratante sobre a operacionalização do sistema, pormenorizando como os fiscais /gestores do contrato podem atuar para: inclusão / exclusão de usuários ao sistema; cadastramento temporário e/ou definitivo de veículos e motoristas; consultar oficinas e postos de abastecimento credenciadas; solicitação de orçamentos de serviços preventivos e corretivos, além das peças aplicadas e custo da mão de obra envolvida; geração de relatórios gerais de uso; consulta sobre custo médio de manutenção preventiva e corretiva por cada veículo; histórico de manutenções e de abastecimentos, por veículo, de todos os custos envolvidos (manutenções, itens adquiridos etc), desde o início da execução contratual, entre outros aspectos que interfiram diretamente no gerenciamento de frota. A Contratante, em comum acordo com a contratada, definirá a melhor forma de realização do referido treinamento (presencial ou on-line), devendo a Contratada fornecer todos os meios para a realização do evento, como, por exemplo, local adequado à quantidade de pessoas indicadas pela contratante, material didático, recursos audiovisuais compatíveis com o evento e instrutor qualificado.

8. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A estimativa das quantidades do objeto em estudo foi baseada no histórico das últimas contratações de manutenções e aquisições de peças realizadas na frota do CRM-MG, entre os anos de 2023 a 2025, realizadas mediante contratações diretas ou utilização de suprimento de fundos. Dada a grande variedade de serviços e peças que um veículo pode demandar, seria impraticável prever todos eles em itens específicos dentro do processo, correndo-se o risco tanto de não colocar a peça ou serviço que viriam a ser demandados, quanto de colocá-los e não os utilizar efetivamente.

A estimativa dos quantitativos da contratação foi obtida com base no histórico de manutenções, abastecimento de combustíveis e lavagem veicular, considerando as demandas acumuladas, bem como as demandas futuras, que inevitavelmente ocorrerão. Considerando-se a tendência ao aumento no número de manutenções, em decorrência do avanço da idade de uso dos veículos em relação ao seu respectivo ano de fabricação. Também em função do incremento na frota com os quatro veículos locados por assinatura digital (que integrarão os serviços de abastecimento) e, observando-se grande variação dos valores despendidos para cada item nos anos analisados, foi considerado para fins do cálculo o ano que apresentou maior valor em cada caso especificamente. Essa estratégia foi acolhida por apresentar maior segurança e garantia de atendimento à demanda anual eventualmente mais crítica.

Em seguida, o valor histórico obtido foi arredondado para um valor superior por se tratar de valor que já possui um próprio desconto incluso, além disso, estimou-se uma margem a mais de 50% sobre a manutenção, de 150% sobre o abastecimento e de 67% sobre a lavagem veicular, para suprir imprevistos internos e externos da Autarquia, principalmente sobre combustíveis, como a própria inflação, a alta de preços do mercado, eventual mudança nas regulamentações exigindo maiores manutenções, possíveis maiores necessidades de manutenção devido ao tempo da frota e a frequência de uso e outros imprevistos.

O incremento de 150% na estimativa do abastecimento foi aplicado em função do aumento no número de veículos a serem englobados por esse serviço, que passará de 6 (seis) para 10 (dez) além dos veículos contratados por demanda, cujo formato de aluguel é *full to full*, onde o CRM-MG os recebe de tanque cheio e deve entregá-los da mesma forma. Considerando que os 4 (quatro) veículos locados por assinatura mensal são modelo SUV, por segurança no dimensionamento, foi substituída a suplementação de 66,67% pela de 100%, abarcando um maior consumo de combustível por parte desses modelos veiculares, somado aos 50% referentes aos veículos *on demand*. O percentual de 66,67%, referente aos 4 (quatro) veículos locados por assinatura, foi arredondado para 67% e incidido no ajuste das lavagens veiculares.

HISTÓRICO DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E PEÇAS DE VEÍCULOS (R\$)		
ANO	SERVIÇOS	PEÇAS
2023	R\$ 11.400,00	R\$ 4.700,00
2024	R\$ 13.738,75	R\$ 15.931,92
2025	R\$ 9.100,00	R\$ 6.500,00
Valor considerado	R\$ 13.738,75	R\$ 15.931,92
Valor considerado + Margem 50%	R\$ 20.608,13	R\$ 23.897,88

Quanto ao histórico de abastecimento, lançou-se mão dos dados de 2024 e 2025, conforme a seguir:

HISTÓRICO DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS (L)			
ANO	GASOLINA	ETANOL	DIESEL S10
2024	9.740	25	1.033
2025	10.061	0	284
Valor considerado	10.061	25	1.033
Valor considerado + Margem 150%	25.153	63	2.583

Quanto às lavagens veiculares, segue histórico dos anos de 2024 e 2025:

HISTÓRICO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS (R\$)		
ANO	LAVAGEM SIMPLES	LAVAGEM COMPLETA
2024	R\$ 1.228,50	R\$ 8.382,00
2025	R\$ 271,00	R\$ 8.665,00
Valor considerado	R\$ 1.228,50	R\$ 8.665,00
Valor considerado + Margem 67%	R\$ 2.051,60	R\$ 14.470,55

Sendo assim, esse tipo de contratação é melhor atendida com a contratação por demanda, utilizando como critério de julgamento, o maior desconto sobre o valor.

9. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Para a presente contratação foram realizadas duas estimativas:

1. Estimativa do gasto com serviços e peças de manutenção, abastecimento de combustíveis e lavagem veicular; e
2. Estimativa do percentual de taxa de administração ou de desconto médio do gerenciamento da frota.

HISTÓRICO DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E PEÇAS DE VEÍCULOS		
TIPO	SERVIÇOS	PEÇAS
Valor anual + Margem 50%	R\$ 20.608,13	R\$ 23.897,88
VALOR TOTAL ANUAL	R\$ 44.506,01	

HISTÓRICO DE DESPESAS COM ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS			
COMBUSTÍVEL	GASOLINA	ETANOL	DIESEL S10
PREÇO MÉDIO BH (Fonte: ANP)	R\$ 6,37	R\$ 4,61	R\$ 5,94
Quantitativo + Margem 150%	25.153	63	2.583
Valor anual + Margem 150%	R\$ 160.221,40	R\$ 288,13	R\$ 15.340,05
VALOR TOTAL ANUAL	R\$ 175.849,60		

HISTÓRICO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS (R\$)		
TIPO	LAVAGEM SIMPLES	LAVAGEM COMPLETA
Valor anual + Margem 67%	R\$ 2.051,60	R\$ 14.470,55
VALOR TOTAL ANUAL	R\$ 16.522,15	

Percentual de Taxa de Administração ou de Desconto Médio do Gerenciamento da Frota

Considera-se taxa administrativa aquela cobrada pela empresa à Administração Pública e corresponde à remuneração a ser paga pela prestação de serviço de intermediação e gerenciamento informatizados e integrados de gestão de frota com administração de despesas de manutenção, abastecimento e lavagem, acompanhados por meio de sistema de informação desenvolvido para plataforma web, que viabilize o acesso a todas informações referentes às transações realizadas, somada a eventuais taxas que poderão ser cobradas pela empresa aos estabelecimentos cadastrados nos respectivos contratos e deverá contemplar toda e qualquer taxa a ser aplicada aos fornecedores cadastrados sobre a despesa incorrida no interstício entre a prestação de serviços e a obrigação de pagamento da contratada aos credenciados. Esta deverá ser cotada por meio de Taxa de Administração de Serviços.

Para se encontrar o Percentual de Administração ou de Desconto Médio, foram analisadas contratações similares no PNCP, observando-se aquelas feitas na esfera federal e realizadas no último ano, para identificar o percentual da taxa de administração máxima que estão sendo aplicadas para a administração do sistema de gerenciamento, conforme tabela a seguir.

PERCENTUAL DE GERENCIAMENTO DA FROTA				MEDIANA
ADMINISTRAÇÃO/GERENCIAMENTO MANUTENÇÃO, ABASTECIMENTO E LAVAGEM DE VEÍCULO AUTOMOTIVO	PE 90001/2024 UASG 194075	PE 90005/2024 UASG 9274573	PE 90008/2024 UASG 158147	3,30%
	3,30%	5,00%	0,50%	

Será admitida TAXA DE ADMINISTRAÇÃO igual a zero ou negativa, nesse caso incidirá desconto no valor global anual estimado.

Portanto, a estimativa da contratação é de **R\$ 244.694,70 (duzentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta centavos) por ano**, considerando-se o somatório dos 3 (três) itens com a incidência da **Taxa de Administração mediana de 3,30%** de contratações semelhantes, totalizando ao longo de 2 (dois) anos R\$ 489.389,50 (quatrocentos e oitenta e nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

10. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O objeto a ser contratado configura um sistema único e integrado, considerando tanto a gestão das manutenções quanto o abastecimento. O parcelamento neste caso obrigaria o CRM-MG a se adequar a dois sistemas informatizados distintos, um para cada serviço, o que e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido.

A justificativa para a não adoção do parcelamento deve se basear nas exceções previstas no Art. 40, inciso V, alínea "b" da Lei n.º 14.133/2021, que permitem a não divisão quando o parcelamento for **antieconômico** ou houver **prejuízo para o conjunto ou complexo**.

ASPECTO	DETALHAMENTO DA VANTAGEM	FUDAMENTO LEGAL/TÉCNICO
Integração e Gestão Unificada	A principal vantagem . Um único sistema informatizado gerencia todo o ciclo de vida do veículo (abastecimento e manutenção), permitindo o cruzamento de dados para análise de performance. Exemplo: O sistema pode alertar que o consumo de combustível aumentou drasticamente após um serviço de manutenção mal executado, ou que um determinado veículo está abastecendo mais do que o esperado.	Eficiência (Art. 5º) e Planejamento (Art. 11, III) . Mantém a identidade e a coerência do sistema (o " conjunto ").
Simplicidade Operacional	A frota e os condutores utilizam um único cartão magnético e interagem com uma única rede credenciada e uma única central de atendimento para ambos os serviços. Isso reduz drasticamente a chance de erro e a necessidade de treinamento.	Celeridade e Racionalidade (Princípios Implícitos). Foco na facilidade de uso para o usuário final.
Otimização de Custos Indiretos	Um único contrato/gestor diminui os custos indiretos da Administração com: 1) Fiscais de Contrato: Um único fiscal para os dois serviços; 2) Processamento de Pagamentos: Menos notas fiscais para empenhar e liquidar; 3) Treinamento e Suporte: Apenas uma solução de TI para gerenciar.	Economicidade (Art. 5º) . Redução do Custo Total de Propriedade (TCO) da contratação.
Melhor Negociação	Ao oferecer um volume maior de serviços (combustível + manutenção), a autarquia pode atrair empresas de maior porte e com maior poder de negociação de descontos nos valores de Tabela (fator de desconto).	Obtenção da melhor proposta (Art. 11, I) . O volume de negócios tende a gerar melhores condições comerciais.

O parcelamento (separar o serviço de Combustível do serviço de Manutenção) pode trazer os seguintes problemas, justificando a sua dispensa:

ASPECTO	DETALHAMENTO DA VANTAGEM	FUDAMENTO LEGAL/TÉCNICO
Prejuízo à Gestão Integrada	Se houver dois contratos, haverá a necessidade de dois sistemas informatizados ou de uma interface complexa entre eles (com riscos de falhas de comunicação). A Administração perde a capacidade de análise de dados cruzada em tempo real (ex: o abastecimento não "conversa" com a ordem de serviço da manutenção).	Prejuízo para o conjunto ou complexo (Art. 40, V, "b") . A solução informatizada perde sua eficácia como ferramenta gerencial unificada.
Ineficiência Operacional	Os condutores precisariam de dois cartões (um para combustível, outro para manutenção) e, possivelmente, teriam que se relacionar com duas redes credenciadas diferentes. Isso gera confusão, retrabalho e aumenta a probabilidade de erros humanos.	Burocracia Excessiva (Art. 5º) . O aumento de tarefas administrativas para o usuário final.
Dificuldade na Fiscalização	Seria necessário um esforço redobrado da fiscalização para gerenciar a interface entre os dois contratos. Exemplo: Se a manutenção for feita, mas o veículo não for liberado para abastecimento por falha de comunicação entre sistemas, o fiscal tem que intervir em ambos os contratos.	Complexidade da fiscalização (Art. 117) . A ineficácia no acompanhamento do contrato.
Risco de Antieconomicidade	A empresa vencedora para um item pode não ter a mesma capilaridade ou tecnologia da empresa vencedora do outro. Os custos fixos de implementação e manutenção de dois contratos independentes podem ser maiores do que o custo de um único contrato de maior volume.	Antieconomicidade (Art. 40, V, "b") . O custo operacional total da Administração aumenta.

A decisão de não parcelar (agrupando combustível e manutenção) é **tecnicamente justificável** no seu caso, pois a **solução informatizada integrada** é o elemento central que confere a **coerência** e a **economicidade** ao objeto. Para embasar a decisão, a **justificativa** demonstra que o parcelamento geraria:

1. **Prejuízo para o conjunto (sistema de gestão unificado); e/ou**
2. **Antieconomicidade (aumento de custos indiretos e operacionais).**

A gestão integrada dos dados de abastecimento e manutenção é crucial para a tomada de decisões sobre frota, os **ganhos de gestão integrada, eficiência e economicidade** superam eventual perda de competitividade. O TCU já reconheceu em publicações (como na Revista do TCU) a tendência de o mercado buscar a "**quarteirização**" ou a **gestão especializada** de serviços de apoio, como a manutenção da frota e o fornecimento de combustíveis. O modelo de contratar uma **empresa especializada em gestão (gerenciadora)**, que, por sua vez, credencia a rede de postos e oficinas (os executores), é visto como uma forma de buscar **maior eficiência** e controlar desvios, gerenciando a execução dos serviços de apoio por outras empresas. Isso reforça que a **integração dos serviços em um único sistema de gestão** é uma solução de mercado reconhecida, o que torna a justificativa de não parcelamento mais sólida.

A economia e a eficiência não estão apenas no preço do litro de combustível ou da hora de manutenção, mas sim na capacidade do **único sistema informatizado** de cruzar dados, gerar indicadores de desempenho e otimizar a tomada de decisão (o **ganho gerencial**).

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação do serviço de gestão de frotas (combustível e manutenção) é uma contratação **complexa** que, na prática, se correlaciona ou é interdependente com diversos outros itens essenciais para o funcionamento logístico e de segurança da autarquia. A Lei n.º 14.133/2021 incentiva o **planejamento integrado**, e identificar essas correlações é crucial para evitar paralisações do serviço.

Como contratações correlatas, podemos citar: Seguro Total da Frota, Serviço de Guincho e Socorro, Serviços de Despachante, os quais estão inseridos em contratações vigentes do CRM-MG, respectivamente para os veículos próprios e para os veículos por assinatura mensal. Aquisição/Aluguel de Ferramentas e Equipamentos, Fornecimento de Peças de Reposição (Emergencial)

12. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Compras (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Data	Descrição	Quantidade de Itens	Valor Estimado
19/06/2026	Contratação de assinatura anual da ferramenta "SOLLICITA PRO" para auxiliar o Setor Jurídico e o Setor de Compras do CRM-MG em licitações e contratos.	1	R\$ 11.000,00
01/07/2026	Locação de imóveis para viabilizar a instalação das Delegacias Regionais.	18	R\$ 678.076,13
01/07/2026	Fornecimento de passagens aéreas para os Conselheiros, consultores, assessores, convidados e servidores do CRMMG	1	R\$ 249.999,00
01/07/2026	Contratar cursos de diversas especialidades através do programa de Educação Médica Continuada possibilitando aos médicos atuantes no estado de Minas Gerais o acesso a conteúdo científico atualizado.	1	R\$ 8.700.000,00
01/07/2026	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte urbano de passageiros com motorista (taxi).	1	R\$ 30.000,00
01/07/2026	Aquisição de etiquetas para Carteira Profissional de Médico (CPM)	1	R\$ 74.800,00
07/07/2026	Materiais e serviços gráficos para o CRM-MG.	21	R\$ 159.454,34
15/07/2026	Aquisição de mobiliários para atender às demandas da sede e das Delegacias Regionais do CRM-MG.	11	R\$ 199.159,79
01/08/2026	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de monitoramento e rastreamento veicular para a frota de veículos pertencentes ao CRMMG.	1	R\$ 2.160,00
01/08/2026	Contratação da prestação de serviços de locação de veículos (carros e van) para uso eventual, bem como locação de veículos por assinatura.	3	R\$ 411.914,96
01/08/2026	Contratação de solução baseada em Inteligência Artificial para apoio à gestão e análise de processos licitatórios. - Cópia	1	R\$ 17.694,38
01/08/2026	Contratação de empresa especializada no gerenciamento e execução das manutenções preventivas e corretivas, programação de para atender a frota do CRMMG.	1	R\$ 100.000,00
04/08/2026	Serviços de fotografia	1	R\$ 20.925,00
06/08/2026	Contratação anual de ferramenta para busca de publicações e/ou intimações direcionadas ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais e aos respectivos advogados(as).	1	R\$ 1.237,54
Valor Total:			R\$ 34.710.510,64

Nº PNCP	Data Desejada	Descrição	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Total Estimado
88	07/07/2026	Publicação, Impressão de Jornal / Revista / Livro	300	Unidade	4.197,00
89	07/07/2026	Gráfico - Confeção Selo / Convite / Impressos / CertificadoEnvelope	1.000	Unidade	4.010,00
180	01/06/2026	Chamamento público para contratação de médicos peritos psiquiatras	1	Serviço	50.000,00
181	01/06/2026	Chamamento público dos defensores dativos	1	Serviço	50.000,00
182	01/08/2026	Serviço de Rastreamento	12	Quantidade de Mensalidade	2.160,00
183	01/09/2026	Controle de Abastecimento de Veículos	12	Mês	100.800,00
184	01/09/2026	Controle de Abastecimento de Veículos	1	Unidade	60.000,00
185	01/08/2026	Locação de Veículos - Leves / Pesados	12	Mês	325.793,28
186	01/08/2026	Locação de Veículos - Leves / Pesados	12	Serviço	73.621,68
187	01/08/2026	Locação de Veículos - Leves / Pesados / Com Motorista	10	Unidade	12.500,00
188	01/03/2026	Pagamento Inscrição Eventos	10	Unidade	10.000,00
207	05/01/2026	Publicação Livro / Matéria - Periódica / Oficial	1	Unidade de Serviço Técnico	154.000,00
209	06/08/2026	Contratação anual de ferramenta para busca de publicações e/ou intimações direcionadas ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais e aos respectivos advogados(as).	1	UNIDADE	1.188,00
210	19/06/2026	Assinatura de Jornais e Periódicos / ACERVO BIBLIOGRÁFICO - com Acesso-On-Line	1	Unidade	11.000,00
212	12/11/2026	Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador	1	Unidade	7.000,00
213	31/12/2026	Publicação Livro / Matéria - Periódica / Oficial	1	Unidade de Serviço Técnico	63.250,00
214	31/12/2026	Assinatura de Jornais e Periódicos / ACERVO BIBLIOGRÁFICO - com Acesso-On-Line	1	Unidade de Serviço Técnico	385.000,00

IV - SOLUÇÃO ESCOLHIDA

13. Resultados pretendidos (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**1. Resultados Econômicos (Economicidade)**

RESULTADO PRETENDIDO	DETALHAMENTO
Redução dos Custos de Aquisição	Obter combustíveis com o maior desconto possível sobre o preço de bomba, ou o menor custo via taxa de administração, resultando em um preço final mais vantajoso para a Administração.
Otimização do Consumo de Combustível	Promover a redução do consumo, utilizando dados de telemetria e hodômetro, permitindo a identificação e correção de veículos com baixo desempenho (km/l).
Redução dos Custos Administrativos	Eliminar ou minimizar os gastos com processos manuais, como: recebimento e conferência de centenas de notas fiscais de postos, abertura de processos de empenho por fornecedor e gerenciamento de fundo rotativo (suprimento de fundos) para pequenas manutenções.
Combate à Fraude Financeira	Prevenir o desvio de finalidade (uso indevido de dinheiro em espécie) e a apropriação indébita, uma vez que o pagamento é feito via cartão, vinculado à placa e ao tipo de combustível.
Garantia de Preços de Manutenção Justos	Assegurar que os serviços de manutenção e peças sejam orçados com base em tabelas de referência de mercado ou preços máximos predefinidos, evitando sobrepreços nas oficinas credenciadas.

2. Resultados Gerenciais e de Controle

RESULTADO PRETENDIDO	DETALHAMENTO
Gestão Integrada de Dados	Consolidar o consumo de combustível e os custos de manutenção em uma única plataforma, permitindo análises cruzadas (ex: se o aumento do consumo está relacionado à falta de manutenção preventiva).
Controle em Tempo Real	Disponibilizar relatórios gerenciais e <i>dashboards</i> com atualização em tempo real, permitindo aos gestores e fiscais a aplicação imediata de bloqueios ou alterações de parâmetros.
Rastreabilidade da Despesa	Garantir que cada litro de combustível ou serviço de manutenção esteja vinculado a uma placa, a um condutor, a um hodômetro (km) e a um local/horário específico, otimizando a fiscalização.
Identificação da Responsabilidade	Facilitar a identificação do condutor responsável por multas ou avarias no veículo (em conjunto com o sistema de telemetria), promovendo maior responsabilidade no uso do bem público.

3. Resultados Operacionais

RESULTADO PRETENDIDO	DETALHAMENTO
Continuidade do Serviço	Assegurar o abastecimento e a manutenção contínuos da frota, independentemente da localização, por meio de uma ampla rede credenciada (postos e oficinas), minimizando o risco de paralisação.
Maximização da Disponibilidade da Frota	Reduzir o tempo de inatividade (paralisação do veículo) por meio de um processo de manutenção ágil e simplificado na rede credenciada da Contratada.
Qualidade Garantida do Produto	Exigir a responsabilidade solidária da Contratada pela qualidade do combustível fornecido pelos postos, protegendo o patrimônio da autarquia contra danos causados por adulteração.
Foco na Manutenção Preventiva	Utilizar o sistema de gestão para gerar alertas de manutenção preventiva (com base em quilometragem ou tempo), aumentando a vida útil dos veículos e reduzindo a ocorrência de manutenções corretivas emergenciais e mais caras.

4. Resultados de Conformidade (Compliance)

RESULTADO PRETENDIDO	DETALHAMENTO
Adesão à Lei de Licitações (14.133/2021)	Promover a despesa pública de forma planejada, transparente e eficiente, em total conformidade com os princípios da Nova Lei de Licitações, notadamente os artigos sobre ETP, Gestão de Riscos e Governança.
Conformidade com a ANP e Inmetro	Exigir que a rede credenciada da Contratada esteja totalmente regularizada perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o Inmetro (aferição de bombas), garantindo a legalidade do fornecimento.

14. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Para o pleno atendimento do objeto a ser contratado, a Administração deverá pautar suas decisões nos documentos constantes da Fase Preparatória da Licitação.

Ressalta-se que o contrato a ser celebrado irá prever o treinamento de fiscais, gestores e condutores que utilizarão o sistema (funcionalidades, geração de relatórios, bloqueio/desbloqueio, aplicação de parâmetros, entre outros), além de eventual entrega de manuais de suporte. Trata-se de ações de capacitação e transferência de conhecimento, onde a empresa contratada irá alinhar com os membros do CRM-MG as utilidades e aplicações do sistema. Em período de teste/validação o preposto designado pela contratada deverá estar disponível para o esclarecimento de dúvidas e correção de eventuais erros no sistema na inserção dos dados da frota do CRM-MG.

No contrato também já estará prevista a data limite de distribuição dos cartões, devendo ser disponibilizada informações completas sobre toda a rede credenciada de oficinas e postos de combustíveis, bem como alinhar as formas de comunicação entre a contratada e os usuários do sistema.

15. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

No contexto da contratação de empresa especializada para o gerenciamento e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, abastecimento de combustíveis e lavagem veicular da frota do CRM-MG, sob a ótica da dimensão ambiental da sustentabilidade estabelecida pela Lei nº 14.133/2021, é imprescindível a identificação precisa dos potenciais impactos ambientais decorrentes da execução do objeto a ser contratado, bem como a proposição de medidas mitigadoras ou de controle compatíveis e viáveis para tratar ou afastar tais riscos. A natureza do serviço envolve múltiplas atividades, como trocas de óleos lubrificantes, filtros, pneus, peças automotivas, lavagem, manutenção do sistema de ar-condicionado, abastecimento com combustíveis, entre outras intercorrências, e cada um desses aspectos pode acarretar impactos ambientais específicos, seja na geração de resíduos, emissões atmosféricas, uso de recursos, ou riscos de contaminação de solo e água. Um dos principais impactos ambientais está relacionado à geração, manejo e descarte dos resíduos provenientes das manutenções veiculares.

Durante a substituição de óleos lubrificantes, filtros, fluidos de freio, líquidos de arrefecimento e outros, resíduos líquidos perigosos e sólidos são gerados. O manejo inadequado desses resíduos pode resultar na contaminação do solo e da água, dada a natureza tóxica de substâncias como óleos minerais e fluidos automotivos. Da mesma forma, peças desgastadas, pneus usados, baterias e outros componentes removidos dos veículos constituem resíduos sólidos que, se descartados de forma irregular, podem causar desde poluição visual até contaminação ambiental por agentes químicos pesados como chumbo, mercúrio, cádmio e ácido sulfúrico, com potencial de afetar ecossistemas e oferecer riscos à saúde humana. Para mitigar tais impactos, a empresa contratada deverá obrigatoriamente adotar sistemas de gestão de resíduos que incluam a separação adequada, acondicionamento em recipientes próprios, armazenamento temporário seguro e destinação final por empresas licenciadas ambientalmente, conforme preveem as resoluções do CONAMA e a legislação estadual pertinente.

Adicionalmente, é fundamental a observância das obrigações de logística reversa previstas para pneus, baterias, óleos lubrificantes usados, filtros e demais resíduos perigosos, o que implica no retorno dos resíduos para fabricantes ou empresas recicladoras autorizadas, promovendo sua reinserção em cadeias produtivas e evitando que sejam encaminhados a aterros ou disposição inadequada. Outro impacto relevante refere-se ao potencial de emissão de poluentes atmosféricos, seja durante as operações de manutenção – como uso de solventes e tintas em serviços de funilaria e pintura, ou pela queima de combustíveis nos deslocamentos. Especificamente nas operações de lavagem e limpeza de motores e componentes, quando realizadas sem sistemas de contenção, pode haver arraste de contaminantes ao sistema de drenagem urbana, agravando a carga poluente em corpos hídricos. Como medida mitigadora, a exigência de oficinas credenciadas que cumpram as normas ambientais para controle de emissões, uso de tintas à base d'água e técnicas de funilaria sustentáveis é essencial, assim como a adoção de sistemas de contenção e tratamento dos efluentes líquidos provenientes de lavagem, evitando descarte direto na rede pública. Necessário ainda que a rede credenciada de postos de combustíveis possuam regularidade ambiental junto aos órgãos municipais e fiscalizadores e esrejam conforme as diretrizes de manejo, acondicionamento e distribuição dos combustíveis, por se tratar de substâncias contaminantes.

A destinação de pneus inservíveis, outro aspecto crítico, precisa seguir rigorosamente o programa de coleta controlada e logística reversa dos fabricantes, conforme Resolução CONAMA nº 416/2009, proibindo o descarte em lixões, encostas ou corpos d'água, e priorizando o reaproveitamento por meio de reciclagem ou coprocessamento. Para baterias e acumuladores de chumbo-ácido, é obrigatória a devolução aos vendedores ou pontos de coleta certificados, possibilitando o reprocessamento dos metais pesados e do ácido, minimizando o risco ao meio ambiente. As oficinas também geram resíduos sólidos domiciliares e perigosos (embalagens contaminadas, panos contaminados, EPIs descartáveis, etc.), sendo necessário o gerenciamento e destinação diferenciados, evitando o descarte direto na coleta municipal comum.

O contrato, portanto, deve prever cláusulas explícitas exigindo comprovação documental periódica de destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados, preferencialmente via manifestos ou certificados de destinação final. Além do gerenciamento de resíduos, as medidas mitigadoras devem contemplar a exigência de que a rede credenciada atenda a todas as legislações ambientais federais, estaduais e municipais, desde alvarás até eventual licenciamento ambiental exigível para as atividades. Deve-se incluir, no processo seletivo e nos critérios de credenciamento, a verificação prévia de regularidade ambiental e o cumprimento de normas técnicas, como a ABNT NBR 10004/2020 (Classificação de Resíduos Sólidos), NBR 11174 (Óleos Lubrificantes Usados ou Contaminados) e demais correlatas. A utilização preferencial de peças e componentes novos, genuínos ou homologados pelo fabricante, como previsto, pode contribuir indiretamente para a menor geração de resíduos não recicláveis e para a eficiência operacional dos veículos, reduzindo o consumo de combustíveis e, consequentemente, as emissões veiculares. Entretanto, o ciclo de vida desses componentes exige também que, ao serem descartados, sigam o fluxo da logística reversa e da destinação ambientalmente segura. No aspecto da educação ambiental e prevenção, recomenda-se a realização de treinamentos periódicos, promovidos pela contratada, tanto para seus profissionais quanto para os usuários da frota da Administração, abordando temas de prevenção à poluição, boas práticas no uso dos veículos e procedimentos para atuação em casos de vazamentos ou acidentes envolvendo produtos perigosos.

O monitoramento e auditoria constantes das práticas ambientais das oficinas credenciadas devem compor o rol de ações mitigadoras, com auditorias periódicas pelos fiscais do contrato, podendo acarretar descredenciamento de oficinas e postos de abastecimento que não cumpram integralmente a legislação ambiental ou as políticas internas definidas pelo CRM-MG. No caso de eventuais emergências ambientais, tais como derramamentos acidentais de óleo, combustíveis, líquidos de freio ou solventes, as oficinas devem manter kits de contenção (como mantas absorventes, agentes neutralizantes e EPIs) permanentemente disponíveis e equipe capacitada para agir de modo imediato, minimizando danos ambientais. Por fim, recomenda-se a inclusão no escopo contratual da obrigatoriedade de apresentação de relatórios anuais de sustentabilidade, incluindo volumes de resíduos coletados, rotas de destinação, certificações ambientais das oficinas participantes e o percentual de resíduos encaminhados à reciclagem ou reaproveitamento, de modo a proporcionar transparência e fomentar a melhoria contínua dos processos. Dessa forma, a contratação, embora essencial à operacionalidade e segurança da frota, demanda comprometimento com práticas de gestão ambientalmente responsável para que os potenciais impactos ambientais decorrentes das atividades de manutenção automotiva sejam integralmente mitigados. A implementação rigorosa das medidas apresentadas assegura a conformidade legal, potencializa benefícios ambientais e contribui para a imagem de responsabilidade socioambiental do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais.

V - VIABILIDADE

16. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Diante da robustez do planejamento, que inclui estimativas detalhadas baseadas no histórico de despesas e uma margem de segurança para imprevistos, a contratação é considerada **viável, razoável e necessária** para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pelo CRM-MG à sociedade e à classe médica.

Belo Horizonte, 14 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Paola de Oliveira Silva, Agente Administrativo**, em 14/04/2026, às 12:18, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Bonfim Guilherme, Agente Administrativo**, em 14/04/2026, às 12:24, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Francisco de Paula Carvalho, Agente Administrativo**, em 14/04/2026, às 13:30, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rinaldo Coutinho Moreira, Gerente do Departamento de Fiscalização do CRM-MG**, em 14/04/2026, às 14:32, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3685091** e o código CRC **38C33BDF**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG - <https://www.crmmg.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 25.13.000004277-8 | data de inclusão: 03/02/2026